

Banco Pan
Demonstrações Financeiras – 2T14

04 de agosto de 2014

Banco Pan

Relatório da Administração – 2T14

04 de Agosto de 2014

SENHORES ACIONISTAS

A Administração do Banco Pan S.A. (“Pan”, “Banco” ou “Companhia”) e suas subsidiárias submetem à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Informações Trimestrais relativos ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2014, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As Informações Trimestrais apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pelas Leis 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”), pela Comissão de Valores Mobiliários, pela Superintendência de Seguros Privados, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e demais normas estatutárias.

EVENTOS RECENTES

Em 13 de junho de 2014, foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia: (i) o aumento do capital social do Banco Pan no valor de até R\$1,5 bilhão, mediante a emissão, para subscrição privada e na proporção das ações ordinárias e preferenciais na ocasião existentes (“Aumento em ON e PN”), de até 443.786.982 novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$3,38 por ação ordinária ou preferencial, e (ii) submeter para exame e deliberação dos acionistas reunidos em Assembleia Geral de Acionistas, outro aumento do capital social da Companhia, no valor de até R\$1,5 bilhão, com a criação e emissão de nova classe de ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal.

Em 27 de junho de 2014, foi homologada pelo Bacen a alteração da denominação social da companhia para Banco Pan S.A..

ACORDOS OPERACIONAIS E COMERCIAIS

Por ocasião da entrada do Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”) no bloco de controle do Pan e para reiterar seu compromisso de manutenção da parceria estratégica, a Caixa Econômica Federal (“Caixa”) firmou com o Banco, com a interveniência do BTG Pactual, em 31 de janeiro de 2011, um Acordo de Cooperação Operacional com entrada em vigor após a conclusão da transferência do controle e prazo de 8 anos, podendo ser prorrogado, para suporte à Companhia. Dentre as medidas previstas, com influência direta sobre a estrutura de capital e de liquidez do Pan, destacam-se: (i) o comprometimento da Caixa em adquirir créditos da Companhia, sob determinados parâmetros, sempre que esta desejar cedê-los, sem coobrigação, até o saldo limite de R\$8,0 bilhões; e (ii) o reforço de liquidez através de operações interbancárias suportadas por limite de crédito de R\$2,0 bilhões. Estas operações são realizadas em condições de mercado.

Em 25 de abril de 2012, o BTG Pactual e a Caixa aditaram o Acordo de Cooperação Operacional assinado em 31 de janeiro de 2011 para, entre outras disposições, formalizar que o BTG Pactual, ou suas afiliadas, aplique, observada a legislação, recursos em depósitos interfinanceiros, certificados de depósito bancário ou letras de crédito imobiliário de emissão do Pan.

Para fortalecer e aprimorar a nova estratégia de negócios da Companhia e as operações no mercado imobiliário decorrentes da aquisição da Brazilian Finance & Real Estate S.A. (“BFRE”), o Pan e a Caixa celebraram, também em 25 de abril de 2012, um acordo comercial por meio do qual a Caixa adquire, mediante solicitação da Companhia, letras de crédito imobiliário emitidas pelo Pan ou por companhia hipotecária por ele controlada, conforme o caso. Esse acordo comercial passou a vigorar pelo prazo de 7 anos a partir da conclusão da aquisição da BFRE, em 19 de julho de 2012.

Em 13 de setembro de 2012, a Caixa e o Pan firmaram, com a interveniência e anuência da Caixa Participações S.A. (“Caixapar”) e do BTG Pactual, entre outros, um acordo operacional que estabelece um regime de cooperação mútua para a estruturação, distribuição e comercialização de produtos e serviços, incluindo a elaboração e implementação conjunta de planos de desenvolvimento de produtos e serviços das duas instituições. Seus objetivos são criar sinergias e aproveitar oportunidades de ampliação dos portfólios de produtos, entre outras, tendo em vista a complementaridade dos parceiros.

Por fim, em 17 de abril de 2013, a Caixa e o Pan firmaram outro acordo comercial, desta vez para: (i) divulgação de produtos da Caixa através dos canais de distribuição do Pan; e (ii) originação pelo Pan, para a Caixa, de créditos imobiliários junto a clientes de alta renda.

Os diversos acordos operacionais e comerciais firmados desde a formação do atual bloco de controle do Pan, entre este e seus acionistas controladores, Caixa e BTG Pactual, demonstram não apenas o forte e reiterado suporte que os controladores têm disponibilizado para a Companhia, como também a complementaridade e alinhamento de interesses entre os três.

AMBIENTE ECONÔMICO

Com relação à atividade econômica, o PIB do 1º trimestre de 2014, após ajustes para efeitos sazonais, avançou 0,2% em relação ao trimestre anterior e expandiu-se 1,9% em relação ao mesmo período de 2013. Do lado da oferta, as atividades agrícolas registraram o melhor resultado, ao crescer 3,6% em relação ao trimestre anterior, mas ressaltando que o bom desempenho ocorreu após quedas de 3,5% e 0,5% nos dois últimos trimestres, respectivamente. Já em relação ao mesmo período de 2013, a agricultura cresceu 2,8%. Ainda no campo positivo, as atividades de serviços cresceram 0,4% em relação ao trimestre anterior e 2,0% na comparação com o mesmo período de 2013, próximo do que tem ocorrido nos últimos trimestres. A indústria teve queda na atividade pelo terceiro trimestre consecutivo, apresentando redução de 0,8% na comparação com o trimestre anterior. É válido lembrar que a última contração da indústria durando três trimestres ocorreu em 1996. Com este resultado, a indústria registrou crescimento de 0,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, ficando bem abaixo da média do resultado apresentado nos três trimestres anteriores e retornando aos níveis de produção do 1º trimestre de 2011.

Do lado da demanda, após uma série de nove trimestres com crescimento, o consumo das famílias caiu marginalmente no 1º trimestre de 2014 em comparação com o trimestre anterior, apresentando uma redução de 0,1% e registrou expansão de 2,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. O investimento caiu 2,0% na comparação com o trimestre anterior, confirmando a terceira queda trimestral consecutiva e se mantendo em território negativo em relação ao mesmo período de 2013, apresentando redução de 2,0%. Com isso, a taxa de investimento em relação ao PIB recuou para 17,7%, abaixo do observado recentemente e próxima do 1º trimestre de 2009. Por outro lado, o consumo do governo registrou mais uma leitura positiva ao crescer 0,7% e permanecer alinhado com sua média histórica. Finalmente, no setor externo, na comparação com o trimestre anterior, as exportações caíram 3,3% enquanto as importações aumentaram 1,4%.

Ainda referente ao setor externo, notamos que o déficit da conta corrente ficou em US\$6,6 bilhões em maio. Com este resultado, o déficit acumulado em 12 meses subiu para US\$81,9 bilhões, representando 3,6% do PIB. O resultado acumulado em 12 meses, para o balanço de pagamentos como um todo, também registrou déficit em maio, mas ficou um pouco abaixo do déficit registrado em abril (US\$5,3 bilhões e US\$6,4 bilhões respectivamente). É válido ressaltar que os saldos do balanço de pagamentos vêm se deteriorando desde meados de 2011, apesar de ter apresentado superávits até meados de 2013. A deterioração no balanço de pagamentos decorre da combinação de uma redução no superávit da conta financeira com um aumento no déficit da conta corrente.

A respeito da inflação, o IPCA de junho avançou 0,4% em relação a maio. A menor inflação em itens com preços administrados e a deflação nos alimentos foram centrais na desaceleração do crescimento do índice frente aos 0,5% registrado em maio. No entanto, nos demais itens do segmento com preços livres (excluindo alimentação), a inflação surpreendeu para cima, especialmente nas atividades de serviços, e assim, a inflação acumulada em 12 meses ficou em 6,5%, superando o limite superior da meta.

No mercado de trabalho, os dados do 1º quadrimestre deram sequência às principais tendências recentes, que continuam a mostrar sinais de enfraquecimento na expansão do emprego e da renda, apesar das taxas de desemprego permanecerem nos mínimos históricos. De janeiro a abril, a taxa de desemprego flutuou em torno de 5%, ficando cerca de 0,5% abaixo dos 5,6% do mesmo período no ano passado. No entanto, a população empregada está com dificuldades para crescer, e o desemprego tem se mantido baixo principalmente por força da constante queda na Taxa de Participação (PEA/PIA). Os números de geração de emprego formal do Ministério do Trabalho (Caged) também indicam barreiras crescentes. Em maio, foi registrada a criação líquida de 59 mil empregos, que foi o menor saldo para maio desde 1992. Pelo terceiro mês seguido, foram registradas variações negativas em relação ao mesmo período de 2013. Assim, no acumulado até maio, 2014 continua apresentando uma geração de empregos inferior à de 2013. Se compararmos a geração de emprego acumulada neste período em outros anos, o processo ainda sugere um enfraquecimento gradual que vem desde 2010. As restrições na expansão do emprego refletem-se no menor crescimento da massa de rendimentos que continua abaixo da tendência observada nos últimos anos.

Em relação ao mercado de crédito, os saldos das operações de maio continuaram mostrando moderação no crescimento, passando dos 13,4% apurados em abril de 2014, na comparação com o mesmo período do ano anterior, para 12,7% em maio de 2014, na mesma base de comparação. Esta moderação no crescimento, em relação ao mesmo período de 2013, acontece principalmente no crédito livre, passando de 6,2% em abril para 5,7% em maio, mas também no crédito direcionado, passando de 23,3% para 22,3% na mesma base de comparação. Na mesma direção, as médias diárias de novas concessões voltaram a cair. Com relação aos aspectos qualitativos, notamos que, em linha com o ciclo de alta da Selic, a taxa de juros do crédito livre para pessoas físicas subiu pelo quinto mês consecutivo, passando de 42,0% para 42,5%, atingindo seu mais alto nível desde julho de 2012. A taxa para operações com pessoas jurídicas também subiu em maio, mas apenas marginalmente, de 22,9% para 23,0%. Ressaltamos, finalmente, que após três meses de estabilidade em 6,5%, a inadimplência das pessoas físicas no crédito livre subiu para 6,7% em maio, retornando para o nível observado em dezembro do ano passado.

Sobre a situação fiscal, o setor público consolidado (governo central, governos regionais e empresas estatais) registrou déficit de R\$11,0 bilhões em maio. No mês anterior, o resultado havia sido um superávit de R\$16,9 bilhões e, em maio de 2013 de R\$5,7 bilhões. Com isso, o superávit acumulado em 12 meses caiu para 1,5% do PIB, abaixo da meta de 1,9% para 2014. A maior parte do resultado veio do governo central, que teve um déficit de R\$11,1 bilhões, levando o acumulado de 12 meses para 1,2% do PIB, abaixo da meta do ano de 1,6%.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Mesmo neste contexto de desempenho moderado da atividade econômica e política monetária mais restritiva, a originação de ativos de crédito apresentou crescimento em relação ao mesmo semestre do exercício anterior, mantendo sua trajetória de crescimento no longo prazo. Assim, a originação de créditos atingiu média mensal de R\$1.223,3 milhões no 1º semestre de 2014, 4,6% acima dos R\$1.169,6 milhões do 1º semestre de 2013. No 2º trimestre de 2014, a originação de créditos teve média mensal de R\$1.210,0 milhões, 2,1% abaixo dos R\$1.236,6 milhões do 1º trimestre de 2014 e 3,8% inferior aos R\$1.257,6 milhões do 2º trimestre de 2013, em função de uma combinação de fatores como, por exemplo, Copa do Mundo, a nova dinâmica de crédito consignado devido

à portabilidade, o momento do mercado de veículos e o aperfeiçoamento na esteira de originação do crédito imobiliário, como já feito em outras linhas de negócio para suportar o crescimento planejado.

A Carteira Total de Crédito era de R\$16.101,9 milhões ao final do 2º trimestre de 2014, 0,6% menor do que a carteira de R\$16.206,8 milhões em março de 2014 e 9,1% maior do que os R\$14.764,4 milhões de junho de 2013. Este valor inclui: (i) a carteira de créditos retida no Banco, de R\$15,9 bilhões e (ii) os créditos cedidos com coobrigação, no montante de R\$244,8 milhões.

O saldo da carteira de crédito com resultado retido, que exclui da carteira total os créditos cedidos com coobrigação e, desta forma, fornece a medida da carteira que rende receitas de juros para a Companhia, por sua vez, manteve crescimento superior ao da Carteira Total de Crédito, tendo atingido R\$15.857,1 milhões no fim do 2º trimestre, com crescimento de 0,1% em relação ao trimestre anterior e de 13,5% em relação ao mesmo trimestre de 2013. O crescimento foi baixo em relação ao trimestre anterior em função do maior volume de cessão de crédito sem coobrigação para enquadramento do capital regulatório, que será endereçado com o Aumento em ON e PN.

O crédito para Pessoas Físicas correspondia a 76,8% da carteira total em junho de 2014, mostrando diversificação ligeiramente maior de negócios em relação à participação de 78,8% do crédito para Pessoas Físicas registrada no final de junho de 2013.

Em 30 de junho de 2014, o Pan possuía aplicações em títulos privados no valor de R\$21,5 milhões. Assim, a Carteira Total de Crédito Expandida, incluindo tais operações, atingiu R\$16.123,3 milhões no final do 2º trimestre de 2014.

Financiamento de Veículos

Segundo o Bacen, o saldo de crédito para aquisição de veículos (CDC PF) totalizou R\$186,6 bilhões no 2º trimestre de 2014, registrando queda real de 3,3% em relação ao trimestre anterior e de 9,6% ante o mesmo período de 2013. A modalidade representa 24,6% do saldo de crédito livre destinado às famílias. Já a carteira de leasing, que representa 0,6% do saldo de crédito para as famílias, continua se retraíndo e registrou queda real de 21,3% no trimestre em relação ao trimestre anterior e de 61,2% nos últimos 12 meses, totalizando R\$4,9 bilhões.

A taxa de inadimplência acima de 90 dias nos financiamentos de veículos (CDC PF) atingiu 4,9% no 2º trimestre de 2014, registrando recuo de 0,1p.p. em relação ao 1º trimestre do ano e queda de 1,2p.p. em relação ao mesmo período do ano de 2013. Destaca-se que a máxima histórica do indicador foi alcançada em junho de 2012 (7,2%), tendo recuado gradativamente desde então.

No 2º trimestre de 2014, as taxas de juros para aquisição de veículos cobradas das famílias atingiram 23,0% a.a., recuo de 0,5p.p. em relação ao trimestre anterior e avanço de 3,5p.p. em 12 meses.

De acordo com a Fenabreve, foram vendidas 3,1 milhões de unidades de veículos leves (automóveis e comerciais leves novos e usados) no 2º trimestre de 2014, queda de 1,5% em relação ao mesmo período de 2013, com a comercialização de usados avançando 2,9% e as vendas de novos registrando queda de 12,2%. Na comparação com o trimestre anterior houve avanço de 1,6% no mercado de veículos usados e recuo de 4,8% no segmento de novos (dados com ajuste sazonal).

Já as vendas de veículos pesados (ônibus e caminhões) atingiram 133,6 mil unidades no 2º trimestre de 2014, registrando recuo de 7,8% em relação ao mesmo trimestre do ano passado, com forte queda de 13,4% no segmento de novos e retração de 5,1% no mercado de usados. Na comparação com o trimestre anterior, houve expansão de 5,4% no mercado de pesados novos e de 1,8% no segmento de pesados usados (dados ajustados sazonalmente).

Ainda de acordo com a Fenabreve, as vendas de motos no 2º trimestre de 2014 totalizaram 1,0 milhão de unidades, incluindo novas e usadas, apresentando estabilidade em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (queda de 9,2% no segmento de motos novas e alta de 6,1% no mercado de usadas). Na comparação com o trimestre anterior, houve retração de 7,0% no mercado de motos novas e alta de 1,0% no segmento de motos usadas (dados ajustados sazonalmente).

O financiamento de veículos permanece sendo o principal mercado de atuação da Companhia. No 1º semestre de 2014, foram concedidos R\$3.115,9 milhões em novos financiamentos de veículos, valor 5,9% menor do que os R\$3.310,7 milhões originados no mesmo semestre do ano anterior. No 2º trimestre de 2014, foram concedidos R\$1.556,0 milhões em novos financiamentos, incluindo as operações de arrendamento mercantil, valor 0,3% menor do que os R\$1.559,9 milhões originados no trimestre anterior e 11,1% menor do que os R\$1.750,5 milhões originados no 2º trimestre de 2013, em função do momento do mercado de financiamento de veículos.

O Banco está ativamente presente em 7.680 concessionárias autorizadas e lojas multimarcas de veículos novos e usados, com alto grau de pulverização da originação de financiamentos, onde os 10 maiores grupos de concessionárias e revendedoras respondem por apenas 11,0% da originação total. Sua estratégia em veículos leves tem sido orientada pela busca de participação relevante tanto no segmento de automóveis novos como no de usados. Neste sentido, cabe destacar que, no 1º semestre de 2014, o financiamento de automóveis nas concessionárias respondeu por 56,4% do financiamento de veículos leves e 46,0% do financiamento total de veículos, percentuais comparados, respectivamente, aos 61,3% e 50,7% do 1º semestre de 2013. No 2º trimestre de 2014, o financiamento de automóveis nas concessionárias respondeu por 56,3% dos financiamentos de veículos leves e 46,0% do financiamento total de veículos no período, percentuais comparados, respectivamente, aos 56,5% e 45,9% do trimestre anterior e aos 63,2% e 53,1% do 2º trimestre de 2013.

Os financiamentos de veículos pesados tiveram produção média mensal de R\$40,6 milhões no 1º semestre de 2014, 11,3% acima do 1º semestre de 2013. No 2º trimestre de 2014, a produção média mensal de veículos pesados foi de R\$42,7, 10,9% acima do trimestre anterior e 25,2% acima do 2º trimestre de 2013.

Os financiamentos de motos, por sua vez, tiveram produção média mensal de R\$55,3 milhões no 1º semestre de 2014, 6,5% abaixo do 1º semestre de 2013, e média mensal de R\$52,2 milhões no 2º trimestre de 2014, 10,6% abaixo do trimestre anterior e 11,2% abaixo do 2º trimestre de 2013.

A atual administração do Pan trabalha desde o seu início no aprimoramento dos modelos de aprovação, sistemas e processos de crédito do Banco. Como fruto deste trabalho, vem sendo alcançada uma melhoria substancial da qualidade das carteiras originadas, como demonstram os indicadores antecedentes de qualidade das safras originadas desde o 2º semestre de 2011.

Crédito Pessoal

De acordo com o Bacen, o saldo de crédito pessoal total (consignado e não-consignado) totalizou R\$340,2 bilhões no 2º trimestre de 2014, acumulando altas reais de 1,6% e 4,7% em relação ao trimestre anterior e na comparação com o mesmo período de 2013, respectivamente. A modalidade representa 44,9% do saldo de crédito livre para as famílias.

A carteira de crédito consignado atingiu R\$238,0 bilhões no 2º trimestre de 2014, registrando variações reais de 2,1% e 6,7% em relação ao trimestre anterior em no comparativo anual, respectivamente. Dentre os três segmentos que compõem o crédito consignado, o estoque de crédito para servidores públicos foi o que registrou maior expansão real anual, com aumento de 7,3%, seguido por beneficiários do INSS, com expansão de 7,0%, e trabalhadores privados com avanço de 1,2%. Destaca-se que os empréstimos para servidores públicos representam 61,8% do estoque de crédito consignado total.

Já o saldo de crédito pessoal não-consignado alcançou R\$102,2 bilhões, registrando avanço real de 0,3% em relação ao 1º trimestre de 2014 e expansão de 0,3% real em 12 meses.

A taxa de inadimplência acima de 90 dias atingiu, no 2º trimestre de 2014, 3,9% do saldo de crédito pessoal total, estável em relação ao trimestre anterior e com recuo de 0,3p.p. nos últimos 12 meses. A inadimplência recuou, no comparativo anual, tanto no segmento não-consignado quanto no segmento com consignação em folha de pagamento. Destaque para a queda de 0,3p.p. em 12 meses no segmento de consignado para servidores públicos, atingindo 2,5% do saldo no período.

O Pan concedeu R\$1.896,9 milhões em novos créditos consignados para servidores públicos e beneficiários do INSS no 1º semestre de 2014, valor 37,2% maior do que os R\$1.382,4 milhões do 1º semestre de 2013. No 2º trimestre de 2014, a produção de crédito consignado atingiu R\$845,8 milhões, valor 19,5% menor do que os R\$1.051,1 milhões do 1º trimestre de 2014 e 5,3% acima dos R\$803,1 milhões originados no 2º trimestre de 2013, influenciado por alguns fatores, por exemplo, nova dinâmica trazida pela portabilidade. Os segmentos de crédito pessoal e crédito direto ao consumidor responderam pela concessão de R\$241,9 milhões em novos financiamentos no 1º semestre de 2014, com redução de 16,3% em relação ao mesmo semestre do ano anterior. Houve redução, no 2º trimestre de 2014, de 4,6% em relação ao trimestre anterior e de 19,9% em relação ao mesmo trimestre de 2013.

Empresas

De acordo com o Bacen, o saldo de crédito livre para empresas totalizou R\$765,3 bilhões no 2º trimestre de 2014, registrando variações reais de 0,1% e -1,3% em relação ao 1º trimestre de 2014 e em 12 meses, respectivamente. Esta carteira representa, atualmente, 15,2% do PIB, recuo de 0,3p.p. em 12 meses. Dentre as modalidades de financiamento às empresas, a carteira de capital de giro totalizou R\$389,0 bilhões, representando 50,8% do saldo de crédito livre PJ.

A taxa de inadimplência acima de 90 dias do crédito livre para as empresas representou 3,4% da carteira de crédito no 2º trimestre de 2014, registrando alta de 0,1p.p. na comparação com o trimestre anterior, e recuo de 0,1p.p. no comparativo anual. Os atrasos no segmento de capital de giro avançaram 0,1p.p. em relação ao mesmo período de 2013, atingindo o patamar de 3,8% do saldo no 2º trimestre de 2014.

A concessão de novos financiamentos do Pan para empresas foi de R\$1.721,0 milhões no 1º semestre de 2014, valor 5,2 % maior do que os R\$1.635,9 milhões do mesmo semestre de 2013. No 2º trimestre de 2014, a originação para empresas foi de R\$949,9 milhões, valor 23,2% acima dos R\$771,2 milhões do trimestre anterior e 11,9% acima dos R\$848,7 milhões do 2º trimestre de 2013.

Desta forma, a carteira de crédito para empresas, incluindo avais e fianças, atingiu R\$3.680,8 milhões no final de junho, com aumento de 9,4% em relação ao trimestre anterior e expansão de 23,0% em relação ao 2º trimestre de 2013. O saldo das operações em dólares de ACC era de R\$373,9 milhões no final de junho de 2014, contra R\$330,3 milhões no final de março, representando um aumento de 13,2% no trimestre, e R\$401,1 milhões no 2º trimestre de 2013, representando decréscimo de 6,8% em relação ao mesmo período de 2013.

A carteira de crédito expandida para empresas, incluindo as aplicações em títulos privados no valor de R\$21,5 milhões, atingiu R\$3.702,2 milhões no final do 2º trimestre de 2014.

Crédito Imobiliário

O saldo de crédito imobiliário PF (taxas livres + taxas reguladas) totalizou R\$384,5 bilhões no 2º trimestre de 2014, crescimento real de 5,0% em relação ao trimestre anterior e avanço de 21,0% em relação ao mesmo período de 2013. Desse total, R\$345,8 bilhões correspondem a recursos com taxas reguladas, com crescimento de 5,3% e 21,5% no comparativo com o trimestre anterior e em 12 meses, respectivamente. O saldo de crédito

imobiliário contratado a taxas de mercado atingiu R\$38,8 bilhões, crescimento real de 2,2% e de 16,1% em relação ao 1º trimestre de 2014 e no comparativo anual, respectivamente. A modalidade conta com uma das menores taxas de atrasos do segmento de financiamento para as famílias: a inadimplência acima de 90 dias atingiu, no 2º trimestre de 2014, 1,8% da carteira de crédito imobiliário, estabilidade em relação ao 1º trimestre de 2014 e recuo de 0,2p.p. em 12 meses. No 2º trimestre de 2014, o crédito imobiliário PF correspondeu a 7,7% do PIB, avanço de 1,1p.p. nos últimos 12 meses.

A concessão de financiamentos imobiliários foi de R\$364,2 milhões no 1º semestre de 2014, valor 8,9 % menor do que os R\$399,7 milhões do mesmo semestre de 2013. No 2º trimestre de 2014, foram originados R\$160,4 milhões em financiamentos imobiliários, volume 21,3% inferior ao trimestre anterior e 28,1% abaixo do 2º trimestre de 2013, sendo: (i) R\$134,4 milhões em créditos concedidos para pessoas físicas dos quais R\$73,4 milhões em operações de refinanciamento (Crédito Fácil), R\$58,2 milhões para a aquisição de imóveis e R\$2,9 milhões em outras modalidades; e (ii) R\$26,0 milhões em créditos adquiridos pela Brazilian Securities Companhia de Securitização (“Brazilian Securities”) para securitização. Estas reduções decorrem do aperfeiçoamento da esteira de produção, como já ocorreu durante o processo de melhoria de outras linhas de negócio do Banco.

A carteira de crédito imobiliário atingiu R\$644,4 milhões no final de junho deste ano. Este valor é 7,0% maior do que o saldo da carteira de R\$602,2 milhões acumulada no final do trimestre anterior e 23,7% maior do que o saldo da carteira de R\$521,1 milhões no 2º trimestre de 2013.

Cartões

A base de cartões de crédito fechou o 2º trimestre de 2014 com 1,8 milhão de plásticos. No 1º semestre de 2014, foram emitidos 79,9 mil novos cartões de crédito convencionais e 25,3 mil novos cartões de crédito consignado. No 2º trimestre de 2014, foram emitidos 42,0 mil novos cartões de crédito convencionais e 10,6 mil novos cartões de crédito consignado.

O volume transacionado com os cartões de crédito Pan atingiu o montante de R\$740,2 milhões no 2º trimestre de 2014, 15,6% maior do que no mesmo período de 2013 e 9,0% maior comparado ao trimestre anterior.

No 2º trimestre de 2014, a despesa administrativa apresentou redução de 3,2% em relação ao 1º trimestre de 2014. Já a despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou aumento de 5,9% em relação ao trimestre anterior.

Seguros

No 1º semestre de 2014, os prêmios de seguros totalizaram R\$94,5 milhões, com aumento de 12,5% em relação aos R\$83,9 milhões do mesmo período de 2013. Os prêmios de seguros totalizaram R\$45,2 milhões no 2º trimestre de 2014, com redução de 8,3% em relação aos prêmios de R\$49,3 milhões do trimestre anterior e crescimento de 8,2% na comparação com o 2º trimestre de 2013, quando os prêmios totalizaram R\$41,8 milhões.

Os principais produtos da Pan Seguros S.A. (“Pan Seguros”) neste trimestre, com seus prêmios e participações no total, foram: (i) o seguro de proteção de crédito (Pan Protege), com R\$28,9 milhões e 64,0%; (ii) o seguro DPVAT, com R\$11,6 milhões e 25,6%; (iii) o seguro habitacional, com R\$2,2 milhões e 4,8%; (iv) o seguro de proteção e acidentes pessoais para cartões, com R\$1,9 milhão e 4,2%; e (v) os consórcios com R\$0,2 milhão e 0,4%.

As despesas administrativas da Pan Seguros somaram R\$7,5 milhões no 2º trimestre de 2014, com aumento de 6,5% em relação ao trimestre anterior e de 1,0% em relação ao mesmo período de 2013. Desta forma, o resultado operacional da Pan Seguros foi de R\$24,1 milhões no trimestre, com crescimento de 34,0% se comparado ao resultado de R\$18,0 milhões do trimestre anterior, e aumento de 117,7% em relação ao resultado de R\$11,0

milhões no mesmo trimestre de 2013. No 1º semestre de 2014, o resultado operacional da Pan Seguros foi de R\$42,1 milhões, 54,7% acima do resultado operacional de R\$27,2 milhões do mesmo período de 2013.

O lucro líquido consolidado da Pan Seguros no 2º trimestre de 2014 foi de R\$16,4 milhões. Desta forma, o resultado ficou 26,9% acima dos R\$12,9 milhões do trimestre anterior e 109,5% acima dos R\$7,8 milhões do mesmo trimestre de 2013. No 1º semestre de 2014, o lucro líquido consolidado da Pan Seguros foi de R\$29,2 milhões, 47,6% acima do lucro líquido de R\$19,8 milhões do mesmo período de 2013.

O Patrimônio Líquido da Pan Seguros atingiu R\$151,5 milhões em 30 de junho de 2014, 10,5% acima dos R\$137,1 milhões do 1º trimestre de 2014 e 2,2% abaixo dos R\$154,9 milhões do 1º semestre de 2013. É válido lembrar que, no 1º trimestre de 2014, foram distribuídos R\$55,0 milhões em dividendos existentes na conta de reservas estatutárias.

Captação de Recursos

Os recursos captados totalizaram R\$18,8 bilhões em junho de 2014, 2,5% acima do saldo de R\$18,3 bilhões no final do 1º trimestre de 2014 e 9,3% acima do saldo de R\$17,2 bilhões no final do 2º trimestre de 2013, acompanhando as necessidades de financiamento dos ativos. Dentre as principais fontes de captação, destacaram-se: (i) os depósitos a prazo e interbancários, que representavam R\$11,2 bilhões, ou 59,6% do total; (ii) as letras de crédito imobiliário e do agronegócio, que correspondiam a R\$2,3 bilhões, ou 12,0% do total; (iii) as letras financeiras, que representavam R\$2,1 bilhões, ou 11,1% do total; (iv) as emissões de títulos no exterior, no valor de R\$1,8 bilhão, representando 9,8% do total; (v) os empréstimos no Brasil e exterior, que correspondiam a R\$324,7 milhões, ou 1,7% do total e (vi) as cessões de créditos com coobrigação, que correspondiam a R\$244,8 milhões, ou 1,3% do total.

Auxiliado pela melhor percepção de risco decorrente da sua nova estrutura de controle acionário, o Banco vem conseguindo reduzir seus custos de captação, praticando taxas competitivas de mercado na emissão de novos certificados de depósitos a prazo. Como consequência, o saldo de captações através de depósitos a prazo com garantia especial do Fundo Garantidor de Créditos (“DPGE I”) manteve sua trajetória de redução, terminando o 2º trimestre de 2014 em R\$216,7 milhões, 5,2% abaixo dos R\$228,7 milhões do final do 1º trimestre de 2014 e 56,3% abaixo dos R\$495,4 milhões do 2º trimestre do ano anterior.

O saldo de captações através de cessões de carteiras de crédito com coobrigação vem sendo gradualmente reduzido à medida que as carteiras cedidas no passado vencem, e que o Pan não realizou mais tais cessões sob a atual administração. Assim, o saldo de R\$244,8 milhões em carteiras cedidas com coobrigação ao final do 2º trimestre apresentou uma redução importante de 33,8% em comparação ao saldo de R\$369,9 milhões no final do trimestre anterior e uma queda de 69,2% em relação ao saldo de R\$796,2 milhões no final do 2º trimestre de 2013.

Em 30 de junho de 2014, os depósitos a prazo eram compostos por captações junto a: (i) administradores de recursos e investidores institucionais, com participação de 74,1%; (ii) pessoas físicas, com 16,2%; e (iii) pessoas jurídicas, com 8,3%. De acordo com o disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, o Pan declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” em suas demonstrações financeiras.

Custos e Despesas

A soma das despesas de pessoal, tributárias e outras despesas administrativas alcançou R\$784,6 milhões no 1º semestre de 2014, comparada a R\$770,4 milhões no 1º semestre de 2013. No 2º trimestre de 2014, as referidas despesas alcançaram R\$390,4 milhões comparadas a R\$394,3 milhões no 1º trimestre de 2014 e aos R\$400,5

milhões no 2º trimestre de 2013, apresentando uma redução no curto e longo prazo, mantendo sua trajetória de declínio em termos reais (descontada a inflação).

A adequação da estrutura de custos do Pan à sua capacidade de originação de receitas é analisada de forma contínua. Assim, a estrutura de custos do Banco está dimensionada conforme as atuais expectativas da administração para os futuros volumes e margens de operações de crédito. Caso o ambiente econômico e mercadológico interfira na evolução do nosso plano de negócios, medidas adicionais de ajuste de custos serão tomadas para garantir tal adequação, como comprovam as recentes mudanças na estrutura organizacional.

Lucro Líquido, Patrimônio e Alavancagem

O Pan apresentou no 2º trimestre de 2014 um resultado negativo de R\$70,4 milhões no balanço consolidado, comparado ao resultado negativo de R\$78,6 milhões no trimestre anterior e ao resultado positivo de R\$12,7 milhões no mesmo trimestre de 2013.

Os resultados trimestrais citados são impactados pelos volumes de cessões de carteiras de crédito sem coobrigação realizadas em cada período. Assim, houve cessões de carteiras de crédito imobiliário, crédito direto ao consumidor e crédito consignado no valor total de R\$1.884,4 milhões no 2º trimestre de 2014, sem coobrigação, comparadas à cessão sem coobrigação de carteiras de crédito imobiliário, crédito direto ao consumidor e crédito consignado no valor total de R\$876,9 milhões no trimestre anterior e carteiras de crédito imobiliário, crédito direto ao consumidor e crédito consignado no valor total de R\$1.559,2 milhões no 2º trimestre de 2013. No 2º trimestre de 2014, a margem financeira líquida foi de 12,1%, comparada a 11,7% no 1º trimestre de 2014 e 14,8% no mesmo trimestre de 2013.

A despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa foi de R\$487,6 milhões no 1º semestre de 2014, 8,5% menor do que a despesa de R\$533,1 milhões no mesmo semestre do ano anterior. No 2º trimestre de 2014, a despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa foi de R\$251,5 milhões, 6,6% maior do que a despesa de R\$236,0 milhões no trimestre anterior e 11,6% maior do que a despesa de R\$225,4 milhões do 2º trimestre de 2013.

O aumento da recuperação de créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa contribuiu positivamente para o resultado. A receita de recuperação de créditos em atraso atingiu R\$135,4 milhões no 1º semestre de 2014, valor 49,2% maior que os R\$90,7 milhões do mesmo semestre do ano anterior. No 2º trimestre de 2014, a receita de recuperação de créditos em atraso atingiu R\$70,2 milhões, valor 7,7% maior que os R\$65,2 milhões do trimestre anterior e 39,7 % maior do que os R\$50,2 milhões do mesmo trimestre de 2013. Assim, a despesa líquida de provisão para créditos de liquidação duvidosa foi de R\$352,1 milhões no 1º semestre de 2014, 20,4% inferior à despesa líquida de R\$442,4 milhões no mesmo semestre do ano anterior. No 2º trimestre de 2014, despesa líquida de provisão para créditos de liquidação duvidosa foi de R\$181,3 milhões, valor 6,1% maior que os R\$170,8 milhões do trimestre anterior e 3,5 % maior do que os R\$175,2 milhões do mesmo trimestre de 2013.

O Patrimônio Líquido Consolidado do Pan era de R\$2.156,9 milhões em junho de 2014, comparado aos R\$2.226,0 milhões em março de 2014 e aos R\$2.523,3 milhões em junho de 2013. O Índice de Basileia do Conglomerado Financeiro era de 11,5% em 30 de junho de 2014, comparado a 12,1% em 31 de março de 2014 e 14,5% em 30 de junho de 2013, lembrando que os acordos operacionais de cessão de crédito sem coobrigação possibilitam operar com total segurança em níveis mais baixos deste indicador. O valor da Margem Operacional no 2º trimestre foi de R\$40,6 milhões para o Conglomerado Financeiro.

Conforme mencionado anteriormente, o Conselho de Administração aprovou o Aumento em ON e PN em até R\$1,5 bilhão, que irá reforçar a base de capital do Banco, possibilitando o crescimento de sua carteira de crédito em linha com sua estratégia de longo prazo.

A partir de outubro de 2013, o cálculo do índice de Basileia passou a ser exigido apenas do Conglomerado Financeiro, eliminando-se a necessidade do cálculo para o Consolidado Econômico Financeiro, conforme resoluções nº 4.192 e 4.193/13 do CMN.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 03 de julho de 2014, o Bacen homologou a eleição do Sr. Marcelo Terrazas como membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia.

Em 25 de julho de 2014, a Companhia informou aos seus acionistas e o mercado que: (i) durante o período de exercício do direito de preferência do Aumento de capital em ON e PN, foram subscritas 242.566.343 ações ordinárias e 93.992.943 ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$3,38 por ação ordinária ou preferencial, totalizando o montante de R\$1,1 bilhão, dos quais R\$19,9 milhões referem-se às subscrições condicionadas e (ii) Início do período de rateio de sobras que irá até o dia 08 de Agosto de 2014, uma vez que, não foram subscritas, durante o período de exercício do direito de preferência, 5 ações ordinárias e 107.227.691 ações preferenciais.

Em 31 de julho de 2014, a Companhia informou aos acionistas e ao mercado que a mudança da razão social para Banco Pan S.A. foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo e conseqüentemente, o Banco passou a adotá-la oficialmente a partir de 1º de agosto de 2014, alterando também os códigos de negociação das ações e recibos de subscrições de ações de emissão do Banco Pan, bem como o nome de pregão na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”).

AUDITORES INDEPENDENTES

As Informações Trimestrais e Demonstrações Financeiras do Banco passaram a ser auditadas, a partir do 1º trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, o Pan não contratou no trimestre e nem teve serviços prestados pela PwC não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na execução da estratégia de negócios do Pan, e aos nossos clientes, investidores e parceiros, que nos honram com seu reiterado apoio e confiança.

São Paulo, 4 de agosto de 2014.

ATIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado		PASSIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado	
		30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013			30/06/2014	31/12/2013		
CIRCULANTE		8.464.956	8.429.711	9.699.758	9.672.162	CIRCULANTE		12.969.730	12.056.733	14.156.897	13.024.292
Disponibilidades	5	45.596	36.806	53.810	47.763	Depósitos	17.a	9.865.285	8.120.280	9.732.014	7.779.471
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.a	944.677	1.167.367	925.317	1.164.314	Depósitos à vista		129.659	178.301	129.428	178.058
Aplicações no mercado aberto		806.998	1.076.933	806.998	1.076.933	Depósitos interfinanceiros		8.393.049	6.519.942	8.382.618	6.340.276
Aplicações em depósitos interfinanceiros		137.679	90.434	118.319	87.381	Depósitos a prazo		1.342.577	1.422.037	1.219.968	1.261.137
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	529.782	454.296	805.148	480.738	Captações no mercado aberto	17.b	296.597	1.034.884	296.597	1.029.285
Carteira própria	7.a	180.784	281.203	380.378	243.252	Carteira própria		296.597	370.807	296.597	365.208
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	297.293	130.597	326.941	185.274	Carteira de terceiros		-	664.077	-	664.077
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	15.573	21.962	23.360	31.676	Recursos de aceites e emissão de títulos	17.c	1.774.093	1.676.695	2.627.319	2.391.831
Vinculados a prestação de garantias		36.132	20.534	74.467	20.534	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		1.756.877	1.664.954	2.610.103	2.380.090
Outras aplicações		-	-	2	2	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		17.216	11.741	17.216	11.741
Relações interfinanceiras		53.900	28.466	53.900	28.466	Relações interfinanceiras		140.023	138.700	140.023	129.740
Pagamentos e recebimentos a liquidar		11.627	-	11.627	-	Recebimentos e pagamentos a liquidar		3.422	-	3.422	-
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		2.774	2.345	2.774	2.345	Correspondentes no país	18	136.601	138.700	136.601	129.740
Correspondentes no país		39.499	26.121	39.499	26.121	Relações interdependências		2.033	603	2.033	603
Operações de crédito	8	5.098.668	4.317.921	5.820.144	5.220.694	Recursos em trânsito de terceiros		2.033	603	2.033	603
Operações de crédito - setor privado		5.609.475	4.810.334	6.412.008	6.168.576	Obrigações por empréstimos	19.a	110.442	-	169.780	122.719
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(510.807)	(492.413)	(591.864)	(947.882)	Empréstimos no país		-	-	1.639	1.458
Operações de arrendamento mercantil	8	-	-	50.727	79.173	Empréstimos no Exterior		110.442	-	168.141	121.261
Operações de arrendamento a receber		-	-	60.102	95.133	Instrumentos financeiros derivativos	7.c	14.683	1.698	6.953	1.698
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.d	-	-	(9.375)	(15.960)	Instrumentos financeiros derivativos		14.683	1.698	6.953	1.698
Outros créditos		1.632.834	2.278.409	1.756.242	2.434.166	Outras obrigações		766.574	1.083.873	1.182.178	1.568.944
Carteira de câmbio	9.a	387.895	428.518	387.895	428.518	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		8.729	4.516	8.880	4.752
Rendas a receber		-	-	73	30	Sociais e estatutárias		-	-	-	1.702
Negociação e intermediação de valores		1.866	720	2.930	2.854	Fiscais e previdenciárias	22.a	19.437	32.617	127.960	172.035
Prêmios de seguros a receber		-	-	14.740	13.285	Provisões técnicas de seguros e previdência	23.e	-	-	171.522	153.851
Recebíveis imobiliários	10	-	-	49.899	45.794	Negociação e intermediação de valores		3.315	6.235	115.415	153.833
Títulos e créditos a receber	8 e 12	587.648	605.216	587.648	605.216	Dívidas subordinadas	20	79.156	72.007	79.156	72.007
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(45.906)	(42.582)	(46.850)	(43.731)	Diversas	22.b	655.937	968.498	679.245	1.010.764
Diversos	12	701.331	1.286.537	759.907	1.382.200						
Outros valores e bens		159.499	146.446	234.470	216.848						
Outros valores e bens	13.a	80.024	85.030	129.578	126.735						
(Provisão para desvalorização)	13.a	(38.504)	(49.023)	(40.811)	(52.170)						
Despesas antecipadas	13.b	117.979	110.439	145.703	142.283						

ATIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado		PASSIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado	
		30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013			30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		11.251.967	10.006.403	12.677.660	11.608.552	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		5.768.075	5.312.753	6.363.803	6.261.281
Aplicação interfinanceira de liquidez	6.a	51.452	135.124	36.029	66.383	Depósitos	17.a	1.669.334	1.534.937	1.579.259	1.485.834
Aplicações em depósitos interfinanceiros		51.452	135.124	36.029	66.383	Depósitos interfinanceiros		48.690	64.099	48.690	64.099
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	694.631	874.931	950.413	1.257.482	Depósitos a prazo		1.620.644	1.470.838	1.530.569	1.421.735
Carteira própria	7.a	234.773	179.474	471.587	444.064	Captações no mercado aberto	17.b	393.185	57.712	393.185	57.712
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	220.753	310.096	239.721	385.551	Carteira própria		213.701	57.712	213.701	57.712
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	117.648	177.927	117.648	183.924	Carteira de terceiros		179.484	-	179.484	-
Vinculados a prestação de garantias		121.457	207.434	121.457	243.943	Recursos de aceites e emissão de títulos	17.c	1.965.501	2.185.904	2.249.120	2.732.915
Operações de crédito	8	7.384.356	6.764.725	8.023.476	7.474.008	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		1.329.776	1.509.741	1.613.395	2.056.752
Operações de crédito - setor privado		7.675.524	7.072.738	8.339.495	7.822.427	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		635.725	676.163	635.725	676.163
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(291.168)	(308.013)	(316.019)	(348.419)	Obrigações por empréstimos	19.a	-	-	154.938	217.130
Operações de arrendamento mercantil	8	-	-	17.459	36.676	Empréstimos no país		-	-	100.000	100.000
Operações de arrendamento a receber		-	-	20.686	44.069	Empréstimos no Exterior		-	-	54.938	117.130
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.d	-	-	(3.227)	(7.393)	Instrumentos financeiros derivativos	7.c	55.886	20.259	55.886	9.239
Outros créditos		2.799.503	1.935.030	3.327.545	2.475.133	Instrumentos financeiros derivativos		55.886	20.259	55.886	9.239
Créditos específicos		-	-	2.040	4.800	Outras obrigações		1.684.169	1.513.941	1.931.415	1.758.451
Recebíveis imobiliários	10	-	-	120.637	147.956	Fiscais e previdenciárias	22.a	30.511	28.957	151.660	165.388
Benefício residual em Operações Securitizadas	11	-	-	12.112	13.158	Negociação e intermediação de valores		-	-	2.624	2.207
Títulos e créditos a receber	8 e 12	19.670	23.069	19.670	23.069	Provisões técnicas de seguros e previdência	23.e	-	-	26.239	29.086
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(526)	(146)	(526)	(150)	Dívidas subordinadas	20	1.226.521	1.288.620	1.226.521	1.288.620
Diversos	12	2.780.359	1.912.107	3.173.612	2.286.300	Diversas	22.b	427.137	196.364	524.371	273.150
Outros valores e bens		322.025	296.593	322.738	298.870						
Despesas antecipadas	13.b	322.025	296.593	322.738	298.870						
PERMANENTE		1.179.741	1.243.885	302.158	312.199	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		1.977	2.460	1.977	2.460
Investimentos		1.112.079	1.178.359	1.193	777	Resultados de exercícios futuros		1.977	2.460	1.977	2.460
Participações em controladas	14.a	1.111.260	1.177.956	-	-	PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS		-	-	17	21
Outros investimentos	14.b	819	403	1.193	777	Participação de acionistas minoritários		-	-	17	21
Imobilizado de uso	15	35.045	37.722	63.652	65.431						
Imóveis de uso		-	-	2.530	2.530	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.156.882	2.308.053	2.156.882	2.304.860
Outras imobilizações de uso		73.262	72.180	108.618	105.296	Capital social:	24	2.867.020	2.867.020	2.867.020	2.867.020
(Depreciações acumuladas)		(38.217)	(34.458)	(47.496)	(42.395)	De domiciliados no país		2.602.550	2.556.338	2.602.550	2.556.338
Intangível	16.b	32.617	27.804	237.313	245.991	De domiciliados no exterior		264.470	310.682	264.470	310.682
Ativos intangíveis		61.911	50.802	317.700	306.014	Ajustes de avaliação patrimonial		(15.279)	(16.286)	(15.279)	(16.286)
(Amortizações acumuladas)		(29.294)	(22.998)	(80.387)	(60.023)	Prejuízos acumulados		(694.859)	(542.681)	(694.859)	(545.874)
TOTAL DO ATIVO		20.896.664	19.679.999	22.679.576	21.592.913	TOTAL DO PASSIVO		20.896.664	19.679.999	22.679.576	21.592.913

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E DE 2013
(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo/lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Banco		Consolidado	
		1º Semestre 2014	1º Semestre 2013	1º Semestre 2014	1º Semestre 2013
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA					
		<u>2.065.287</u>	<u>1.923.469</u>	<u>2.261.529</u>	<u>2.292.151</u>
Rendas de operações de crédito	8.h	1.982.398	1.722.865	2.133.257	1.977.571
Resultado de operações de arrendamento mercantil	8.h	-	-	19.701	36.271
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.d	81.430	124.707	107.112	202.412
Resultado de operação de câmbio	9.b	1.459	75.897	1.459	75.897
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA					
		<u>(1.312.452)</u>	<u>(1.124.039)</u>	<u>(1.413.320)</u>	<u>(1.257.246)</u>
Operações de captação no mercado	17.d	(758.835)	(618.779)	(801.864)	(653.557)
Operações de empréstimos e repasses	19.b	(15.594)	(7.395)	(12.036)	(49.212)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.c	(92.024)	(36.250)	(111.867)	(21.362)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.d	(445.999)	(461.615)	(487.553)	(533.115)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA					
		<u>752.835</u>	<u>799.430</u>	<u>848.209</u>	<u>1.034.905</u>
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
		<u>(986.706)</u>	<u>(840.543)</u>	<u>(1.068.614)</u>	<u>(938.924)</u>
Receitas de prestação de serviços	25	165.116	164.602	175.929	187.210
Resultado de equivalência patrimonial	14.a	9.935	40.110	-	-
Receita de prêmios ganhos de seguros	23.f	-	-	92.447	60.317
Despesas de sinistros retidos	23.f	-	-	(28.427)	(25.104)
Despesas de pessoal	26	(101.517)	(86.326)	(209.987)	(202.310)
Outras despesas administrativas	27	(629.482)	(619.263)	(609.780)	(622.351)
Despesas tributárias	28	(58.787)	(71.399)	(92.217)	(105.420)
Outras receitas operacionais	29.a	40.709	114.071	52.265	137.880
Outras despesas operacionais	29.b	(412.680)	(382.338)	(448.844)	(369.146)
RESULTADO OPERACIONAL					
		<u>(233.871)</u>	<u>(41.113)</u>	<u>(220.405)</u>	<u>95.981</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL					
	30	<u>(28.241)</u>	<u>(31.904)</u>	<u>(28.305)</u>	<u>(30.882)</u>
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES					
		<u>(262.112)</u>	<u>(73.017)</u>	<u>(248.710)</u>	<u>65.099</u>
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
	34.a	<u>109.932</u>	<u>53.928</u>	<u>99.721</u>	<u>(13.347)</u>
Provisão para imposto de renda		(11.160)	(15.838)	(12.632)	(66.497)
Provisão para contribuição social		(7.202)	(9.099)	(17.012)	(37.894)
Ativo fiscal diferido		128.294	78.865	129.365	91.044
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS					
		-	-	2	1
PREJUÍZO/LUCRO LÍQUIDO					
		<u>(152.180)</u>	<u>(19.089)</u>	<u>(148.987)</u>	<u>51.753</u>
PREJUÍZO POR AÇÃO EM CIRCULAÇÃO - EM R\$					
(Representado por 535.076.075 ações em 30/06/2014 e 535.076.075 em 30/06/2013)		<u>(0,28)</u>	<u>(0,04)</u>		

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BANCO PAN S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E DE 2013
(Em milhares de reais - R\$)

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre 2014	1º Semestre 2013	1º Semestre 2014	1º Semestre 2013
RECEITAS	1.240.129	1.173.401	1.434.412	1.539.547
Intermediação financeira	2.065.287	1.923.469	2.261.529	2.292.151
Prestação de serviços	165.116	164.602	175.929	187.210
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(445.999)	(461.615)	(487.553)	(533.115)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(544.275)	(453.055)	(515.494)	(406.699)
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(866.453)	(662.424)	(925.767)	(724.131)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(452.732)	(439.874)	(402.807)	(396.520)
Materiais, energia e outros	(560)	(1.058)	(1.160)	(1.876)
Serviços de terceiros	(65.590)	(61.125)	(90.447)	(86.569)
Comissões pagas a lojistas e promotores	(386.582)	(377.691)	(311.200)	(308.075)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(79.056)	71.103	105.838	418.896
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(16.083)	(13.107)	(27.224)	(22.017)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(95.139)	57.996	78.614	396.879
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	9.935	40.110	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	9.935	40.110	-	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(85.204)	98.106	78.614	396.879
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(85.204)	98.106	78.614	396.879
Pessoal	89.330	76.524	180.726	176.104
Remuneração direta	74.100	65.611	139.317	141.024
Benefícios	9.394	7.324	28.652	26.131
FGTS	4.175	2.691	9.909	7.876
Outros	1.661	898	2.848	1.073
Impostos, taxas e contribuições	(38.637)	27.597	22.435	145.608
Federal	(46.691)	20.151	4.696	127.679
Estadual	101	1	271	126
Municipal	7.953	7.445	17.468	17.803
Remuneração de capitais de terceiros	16.283	13.074	24.437	23.415
Aluguéis	16.283	13.074	24.437	23.415
Remuneração de capitais próprios	(152.180)	(19.089)	(148.985)	51.752
Prejuízo / Lucros retidos	(152.180)	(19.089)	(148.987)	51.753
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	2	(1)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONTROLADOR
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E DE 2013

(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de Capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	2.867.020	-	(978)	(313.633)	2.552.409
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	(376)	-	(376)
Lucro Líquido	-	-	-	(19.089)	(19.089)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013	2.867.020	-	(1.354)	(332.722)	2.532.944
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	2.867.020	-	(16.286)	(542.681)	2.308.053
Aumento de Capital - (Nota 24a)	-	1.500.000	-	-	1.500.000
Capital a Integralizar - (Nota 24a)	-	(1.500.000)	-	-	(1.500.000)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	1.007	-	1.007
Prejuízo	-	-	-	(152.180)	(152.180)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014	2.867.020	-	(15.279)	(694.859)	2.156.882

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E DE 2013
(Em milhares de reais - R\$)

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre 2014	1º Semestre 2013	1º Semestre 2014	1º Semestre 2013
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
PREJUÍZO/LUCRO LÍQUIDO	(152.180)	(19.089)	(148.987)	51.753
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:				
Depreciações e amortizações	10.261	7.285	14.698	9.491
Amortização de ágio	5.822	5.822	12.526	12.526
Constituição de provisão para contingências	62.770	108.373	95.447	123.978
Reversão/Constituição para desvalorização de bens não de uso próprio	(14.743)	7.120	(15.566)	6.682
Prejuízo na venda de bens não de uso próprio	43.025	24.806	44.146	24.222
Perda por <i>impairment</i>	-	-	-	1.310
(Ganho) na venda de imobilizado	(2)	(22)	(2)	(22)
Equivalência patrimonial	(9.935)	(40.110)	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	445.999	461.615	487.553	533.115
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(109.932)	(53.928)	(99.721)	13.347
Provisões técnicas de seguros e previdência	-	-	14.824	30.420
Lucro líquido ajustado	281.085	501.872	404.918	806.822
Variação de Ativos e Passivos:				
Redução/(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	236.364	(438.462)	199.352	(541.215)
Redução/(Aumento) em títulos e valores mobiliários	37.963	494.547	(90.925)	490.693
Redução/(Aumento) em instrumentos financeiros derivativos	115.278	(37.006)	126.495	(58.052)
(Aumento)/Redução em relações interfinanceiras	(24.113)	1.188	(15.151)	2.831
(Aumento) em operações de crédito	(1.846.378)	(2.357.260)	(1.636.471)	(2.053.428)
Redução em operações de arrendamento mercantil	-	-	47.663	93.829
(Aumento) em outros créditos	(90.601)	(123.249)	(45.122)	(115.377)
(Aumento) em outros valores e bens	(101.323)	(105.722)	(107.960)	(106.703)
Aumento em depósitos	1.879.402	1.548.399	2.045.968	1.531.527
(Redução)/Aumento em captações no mercado aberto	(402.814)	349.342	(397.215)	352.602
Aumento/(Redução) em outras obrigações	130.363	163.121	(246.031)	(300.759)
Aumento em relações interdependências	1.431	4.279	1.430	4.279
(Redução)/Aumento em resultado de exercícios futuros	(482)	1.282	(483)	1.282
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	216.175	2.331	286.468	108.331
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Alienação de imobilizado de uso	19	24	19	24
Alienação de bens não de uso próprio	34.555	36.474	37.891	42.503
Aumento de capital de investimentos	(416)	84.182	(416)	-
Aquisição de imobilizado de uso	(1.305)	(9.949)	(4.957)	(10.368)
Aplicações no intangível	(11.109)	(15.880)	(11.826)	(17.119)
Dividendos e juros sobre o capital próprio provisionados/recebidos	72.000	30.587	-	-
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	93.744	125.438	20.711	15.040
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
(Resgate)/Emissão de letras financeiras	(389.717)	748.863	(389.717)	748.863
(Redução)/Aumento de obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	(19.374)	15.488	(19.374)	15.488
(Redução)/Aumento de dívidas subordinadas	(47.755)	57.411	(47.755)	57.411
Emissão de letras de crédito do agronegócio	85.719	292.662	85.719	292.662
Variação nas participações minoritárias	-	-	(4)	(4)
CAIXA LÍQUIDO (USADO)/PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(371.127)	1.114.424	(371.131)	1.114.420
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(61.208)	1.242.193	(63.952)	1.237.791
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE	913.803	270.791	924.760	279.400
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO SEMESTRE (nota nº 5)	852.595	1.512.984	860.808	1.517.191
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA				
Juros pagos	(865.313)	(380.679)	(1.305.378)	(758.616)
Juros recebidos	1.957.442	1.670.589	2.097.878	1.866.459
Transferência de ativos não de uso próprio	(25.729)	(51.941)	(25.729)	(51.941)
Ganhos/Perdas não realizados em títulos disponíveis para venda	1.680	(627)	1.680	(627)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pan S.A. (“Banco”, “PAN” ou “Instituição”), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo, atuando direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, cartão de crédito, crédito consignado, financiamento de veículos, máquinas e equipamentos, operações de câmbio, financiamento à empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento imobiliário a pessoas físicas, aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de certificados de recebíveis imobiliários - CRIs, arrendamento mercantil de veículos e outros bens, seguros dos ramos prestamista, de acidente pessoal coletivo, rendas de eventos aleatórios (seguro desemprego), de vida em grupo e danos pessoais – DPVAT, e consórcio de veículos e imóveis. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Ainda como estratégia de negócio e alternativa de “*funding*” para as suas operações, o Banco PAN adotou a política de cessão de créditos de sua carteira de crédito para outras instituições financeiras. A cessão de crédito faz parte da estratégia operacional da instituição, resultando no imediato reconhecimento das receitas e despesas destas operações (Nota 3g), bem como redução dos ativos de risco e conseqüente adequação de capital. Os resultados estão refletidos nas demonstrações financeiras individuais em receitas de intermediação financeira, sendo a parcela correspondente às operações anteriormente feitas com FIDCs, eliminadas e apropriadas no prazo das operações de créditos, para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, conforme mencionado na nota 2.

Demonstra-se a seguir a composição acionária atual do Banco PAN.

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	149.156.344	51,00	33.114.219	13,65	182.270.563	34,06
Caixa Participações S.A. - Caixapar	143.307.048	49,00	54.802.722	22,59	198.109.770	37,02
Conselho de Administração	5	-	105	-	110	-
Mercado	3	-	154.695.629	63,76	154.695.632	28,92
Total	292.463.400	100,00	242.612.675	100,00	535.076.075	100,00

Aquisição

a) Carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S.A.

Em 26/04/2013 o Banco PAN adquiriu, pelo valor de R\$ 351,0 milhões, os direitos creditórios sobre a carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S/A – em liquidação extrajudicial, originada por 237 convênios, dentre órgãos públicos das 3 esferas, quer da administração direta ou indireta, além de 7 convênios com empresas do setor privado, por meio de leilão público em lote único.

A referida carteira na época conta com aproximadamente 471 mil cartões emitidos, sendo 321 mil ativos. Com esta aquisição, a Companhia reforçou sua posição nos segmentos de cartões de crédito e crédito consignado.

A aquisição gerou um deságio de R\$ 27.424 e despesas com a aquisição de R\$ 17.550, que estão sendo apropriados ao resultado do Banco PAN, pelo prazo médio de liquidação da carteira adquirida.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais do Banco PAN estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco e suas empresas controladas e entidades de propósito específico, representadas por fundos de investimentos em direitos creditórios FIDCs (“Consolidado”), e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do Conselho Nacional de Seguros Privados (“CNSP”), da Superintendência de Seguros Privados (“SUSEP”) e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), quando aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

1. CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
2. CPC 03 (R2) – Demonstração do fluxo de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
3. CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
4. CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
5. CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
6. CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
7. CPC 23 – Políticas Contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; e
8. CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao semestre findo em 30/06/2014, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 04/08/2014.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

	Participação total %	
	30/06/2014	31/12/2013
Controladas diretas:		
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	99,97	99,97
PAN Seguros S.A.	99,99	99,99
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	99,99	99,99
Panamericano Adm. e Corretagem de Seguros e de Prev. Privada Ltda.	99,99	99,99
Ourininvest Real Estate Holding S.A.	100,00	100,00
Controladas indiretas:		
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	99,99	99,99
Brazilian Finance e Real Estate S.A.	100,00	100,00
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	99,99	99,99
BMSR II Participações S.A.	99,99	99,99
Brazilian Securities Companhia de Securitização	99,99	99,99
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	99,99	99,99
Entidades de Propósitos Específicos – EPEs:		
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CDC Veículos do Banco PAN (“Caixa CDC FIDC”) (a) (b)	-	100,00
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Master CDC Veículos do Banco PAN (“Caixa Master CDC FIDC”) (a) (b)	-	100,00

(a) O percentual está representado pelas cotas subordinadas detidas pelo Banco. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os FIDCs foram consolidados conforme disposto na Instrução CVM nº 408/04 e no Ofício-Circular CVM nº 001/07; e

(b) Fundos FIDCs encerrados em 20/01/2014, conforme instrumento particular de transferência de ativos e quitação de obrigações desta data.

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Nas demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, os resultados oriundos das transações entre o Banco e suas controladas diretas e indiretas e o resultado anteriormente originado das operações do Banco com os FIDCs. As participações de acionistas minoritários no Patrimônio Líquido e no resultado das controladas são apresentadas de forma destacada no balanço patrimonial e na demonstração do resultado consolidado.

No processo de consolidação dos FIDCs o saldo da carteira de recebíveis de direitos creditórios foi incorporado à carteira de operações de crédito do Banco, com o correspondente registro do financiamento na rubrica de “Outras obrigações – diversas”, líquido do saldo de aplicação em cotas de fundos de investimento, representado pelas cotas subordinadas antes mantidas pelo Banco nos FIDCs. O lucro não realizado oriundo das operações de cessões de crédito do Banco para os FIDCs foi eliminado integralmente como ajuste de rendas de operações de crédito.

Na rubrica “Rendas de operações de crédito”, na demonstração do resultado, foram registradas as rendas oriundas de direitos creditórios apropriados pelos FIDCs, e o custo do financiamento, na rubrica “Operações de captação no mercado”. A receita auferida pelo Banco referente à variação de suas cotas mantidas nos fundos, originalmente registrada na rubrica “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”, foi eliminada contra a rubrica “Operações de captação no mercado”, com o objetivo de anular seu efeito no custo de captação.

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas a valor presente no balanço patrimonial, e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas agrupadas na rubrica “Resultado de operações de arrendamento mercantil”.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDCs”) – Considerando que o controle sobre os recebíveis cedidos aos Fundos permanecia sob a responsabilidade do Banco (recebimento, repasse e cobrança) e que o mesmo atendia a outras condições para consolidação previstas na Instrução CVM nº 408/04 e no Ofício Circular CVM nº 001/07, a Administração do Banco consolidou as demonstrações financeiras dos FIDCs às demonstrações financeiras consolidadas.

I. Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelos FIDCs.

O objetivo dos FIDCs era a de adquirir, preponderantemente, direitos creditórios originários de operações financeiras de empréstimos, representadas por contratos de abertura de crédito para aquisição de veículos automotores (automóveis e motocicletas), do tipo Crédito Direto ao Consumidor – CDC, celebrados entre o Banco (cedente) e seus clientes.

Conforme estabelecido em seus regulamentos, os FIDCs buscavam, mas não garantiam atingir determinada rentabilidade de percentual, conforme demonstrado abaixo:

Fundos	Rentabilidade
Caixa CDC FIDC	108 % do CDI
Caixa Master CDC FIDC	112% do CDI

II. Participação no patrimônio e nos resultados dos FIDCs.

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356/01, com redação dada pela Instrução CVM nº 393/03, a relação mínima admitida entre o Patrimônio Líquido dos FIDCs e o valor das cotas seniores está demonstrada abaixo:

Fundos	%
Caixa CDC FIDC	130
Caixa Master CDC FIDC (a)	130

a) Em Assembleia Geral Extraordinária de cotistas, realizada em 16/03/2009, foi incluído no regulamento do fundo a permissão para que as cotas subordinadas possam ser divididas em classes especiais. A partir do mês de julho de 2009, o Banco PAN passou a subscrever apenas parte das cotas subordinadas. Os Fundos foram encerrados em 20/01/2014, em 31/12/2013 o Banco possuía em cotas subordinadas o montante de R\$ 203.304 de um total em R\$ 203.304.

III. Natureza do envolvimento do Banco com os FIDCs e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento.

Não havia previsão de coobrigação do Banco nas cessões de direitos creditórios já realizados com os FIDCs Caixa CDC e o Caixa Master CDC. O Banco subscrevia e devia manter, no mínimo, 30% do Patrimônio Líquido do FIDC em cotas subordinadas. Se houvesse o desenquadramento, o Banco, na qualidade de cotista subordinado, quando notificado, tinha a possibilidade e não a obrigação de subscrever novas cotas subordinadas para manter a relação de subordinação, da mesma forma que tinha a faculdade e não a obrigação de recomprar contratos inadimplentes, pois o risco do Banco se limitava às cotas subordinadas já subscritas.

IV. Montante e natureza dos créditos, obrigações, entre o Banco e os FIDCs, ativos transferidos pelo Banco e direitos de uso sobre ativos dos FIDCs.

Devido a manutenção de aplicação em cotas subordinadas nos FIDCs foi reconhecida até janeiro de 2014 uma receita de R\$ 222 (receita de R\$ 5.006 no 1º semestre de 2013), registrada contabilmente na rubrica de “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”, na demonstração de resultado individual – e eliminada no processo de consolidação das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Em 30/06/2014 e 31/12/2013, os FIDCs apresentavam as seguintes situações patrimoniais:

	Caixa CDC FIDC (1)		Caixa Master CDC FIDC (1)	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Ativo				
Disponibilidades	-	6	-	11
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	1.549	-	4.049
TVM	-	-	-	-
Direitos creditórios	-	89.912	-	517.979
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(57.334)	-	(316.313)
Outros valores	-	5	-	3
Total do Ativo	-	34.138	-	205.729
Passivo				
Outras obrigações	-	27	-	113
Patrimônio líquido	-	34.111	-	205.616
- Cotas seniores	-	207	-	2.312
- Cotas subordinadas	-	33.904	-	203.304
Total do Passivo	-	34.138	-	205.729

(1) Fundo encerrado em 20/01/2014.

Reconciliação do Patrimônio Líquido e do Resultado Líquido das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

	30/06/2014		31/12/2013	30/06/2013
	Patrimônio Líquido (1)	Resultado Líquido (1)	Patrimônio Líquido	Resultado Líquido
Banco PAN individual	2.156.882	(152.180)	2.308.053	(19.089)
Efeitos da eliminação das cessões aos FIDCs:				
Lucro não realizado nas cessões	-	13.033	(13.033)	137.877
Registro do custo de comissão sobre créditos cedidos	-	(7.711)	7.711	(19.807)
Efeitos tributários	-	(2.129)	2.129	(47.228)
Banco PAN consolidado	2.156.882	(148.987)	2.304.860	51.753

(1) Fundos encerrados em 20/01/2014.

V. Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor dos FIDCs.

O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor dos FIDCs, entretanto, as cotas subordinadas absorviam integralmente os efeitos dos resultados negativos das carteiras dos fundos até o limite destas.

VI. Identificação do beneficiário principal ou grupo de beneficiários principais das atividades dos FIDCs.

Os FIDCs foram encerrados em 20/01/2014, em 31/12/2013 o Banco PAN e suas empresas controladas eram os detentores da totalidade das cotas subordinadas dos FIDCs, no montante de R\$ 237.208, sendo as demais cotas seniores e as subordinadas especiais pertencentes a investidores qualificados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

VII. Encerramentos dos FIDCs

Em Assembleia Geral de Cotista Extraordinária dos FIDCs (Caixa CDC FIDC e Caixa Master CDC FIDC), realizada em 21/10/2013 foi deliberado o encerramento dos mesmos. Dessa forma, em 20/01/2014, o Banco PAN adquiriu a totalidade das cotas dos FIDCs, sendo que o evento final de encerramento ocorreu no próprio mês de janeiro/2014.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco PAN.

b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

As receitas de prêmios de seguros e resseguros são contabilizadas por ocasião da emissão das apólices como prêmios emitidos e diferidas pelo prazo de vigência destas apólices ou faturas dos seguros por meio da constituição das provisões de prêmios não ganhos.

Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização de retrocessão e correspondente provisão de prêmios não ganhos são contabilizados com base nos informes recebidos do IRB - Brasil Resseguros S.A.

Os sinistros são refletidos nos resultados com base no registro oficial de sinistros pendentes, que busca refletir a sinistralidade estimada para os contratos com cobertura de risco em vigência relacionada às indenizações a incorrer com o processamento e a regulação dos sinistros.

Os custos de aquisição são considerados custos diretos na obtenção e processamento de novos contratos de seguro. Estes são diferidos e apropriados ao resultado mensalmente, em bases lineares, pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência das apólices.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

d) Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02, que prevêem a adoção dos seguintes critérios:

- Contratos futuros: o processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela BM&FBOVESPA. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa;
- *Swap*: são avaliados de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustados ao valor de mercado, sendo o diferencial a receber ou a pagar contabilizados em contas de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados ao resultado como receita ou despesa “*pro rata*” até a data do balanço. Para a apuração do valor de mercado, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base nas informações da BM&FBOVESPA; e
- Contratos a termo de moedas: são instrumentos financeiros derivativos de compra ou venda de moeda estrangeira, sem entrega física, negociados em mercado de balcão em uma data futura e a uma paridade anteriormente determinada. A liquidação financeira ocorre pela diferença entre a paridade inicial do contrato e a cotação de referência na data de vencimento. Para a precificação desses contratos foram utilizadas as curvas de juros futuros, obtidas com base nas informações da BM&FBOVESPA.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como “*hedge*” em contas de receita ou despesa, no resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- Instrumentos financeiros derivativos considerados como “*hedge*” de risco de mercado, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de “*hedge*” têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em contas de receitas e despesas, no resultado.

f) Operações de crédito:

As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do Banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com coobrigação é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

g) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

A partir de 01/01/2012, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e

Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e

Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

h) Bens não de uso próprio:

São representados basicamente por bens reintegrados e recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

i) Despesas antecipadas:

São gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período da geração destes benefícios. Este grupo é representado basicamente, por comissões pagas a correspondentes bancários, gastos na emissão de títulos no exterior e despesas de comercialização de seguros.

j) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo:

São demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos, variações monetárias e cambiais incorridas, deduzidos das correspondentes provisões para ajuste a valor de realização, quando aplicável.

k) Investimentos:

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

l) Imobilizado:

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Estão representados basicamente por imóveis, instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e equipamentos de uso.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

m) Intangível:

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por ágios pagos por rentabilidade futura de investimento e gastos com aquisição e desenvolvimentos logísticos. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

n) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

o) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

p) Depósitos e captações no mercado aberto:

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

q) Práticas contábeis específicas do segmento de seguros:

Passivos por contratos de seguro (provisões técnicas de seguros)

• Provisões de prêmios não ganhos - PPNG

A provisão de prêmios não ganhos é calculada com base nos prêmios retidos, de acordo com a Resolução CNSP nº 281/13 e Circular SUSEP nº 462/13, pelo regime de competência diária, e representa a parcela do prêmio correspondente ao período do risco ainda não decorrido.

• Provisões de prêmios não ganhos - Riscos Vigentes Não Emitidos – PPNG-RVNE

A provisão de prêmios não ganhos – riscos vigentes mas não emitidos – é constituída de acordo com as normas e especificações estabelecidas na Resolução CNSP nº 281/13 e Circular SUSEP nº 462/13, segundo a metodologia disposta em Nota Técnica Atuarial e, para os ramos sem experiência, através dos percentuais estabelecidos pela Circular SUSEP Nº 485/14.

• Provisão de sinistros a liquidar - PSL

A provisão de sinistros a liquidar é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar, efetuada por ocasião do recebimento dos avisos de sinistros até a data do balanço, líquida dos ajustes de cosseguros e resseguro cedidos. A provisão de sinistros a liquidar para o ramo DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (“Seguradora Líder”).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- **Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR**

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é apurada com base na estimativa dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Seguradora. É determinada de acordo com as normas e especificações estabelecidas na Resolução CNSP nº 281/13 e Circular SUSEP nº 462/13, sendo constituída com base em metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial e, para os ramos sem experiência, através dos percentuais estabelecidos pela Circular SUSEP Nº 485/14. A provisão de *IBNR* para o ramo DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores calculados e informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder.

- **Provisões de despesas relacionadas – PDR**

A provisão de despesas relacionadas visa cobrir os valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros, avisados ou não. É determinada de acordo com as normas e especificações estabelecidas na Resolução CNSP nº 281/13 e Circular SUSEP nº 462/13, sendo constituída com base em metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial.

- **Teste de adequação de passivos – TAP**

A Circular SUSEP nº 457/12, que instituiu o Teste de Adequação de Passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras e definiu regras e procedimentos para a sua realização. A Seguradora deve avaliar, a cada data-base, se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se esta avaliação mostrar que o valor das provisões constituídas para os contratos de seguros vigentes, descontadas das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis está inadequado em relação aos fluxos de caixa futuros estimados, a deficiência deve ser reconhecida no resultado.

r) Práticas contábeis específicas do segmento de consórcio:

A taxa de administração é contabilizada quando do seu recebimento pelos grupos de consórcio. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das mesmas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundos de investimento nos quais os grupos ativos têm aplicações, e estão apresentadas no grupo “Outras obrigações – diversas” nas demonstrações financeiras consolidadas.

s) Passivos circulante e exigível a longo prazo:

As obrigações, os encargos e os riscos conhecidos ou calculáveis são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo BACEN, e as obrigações sujeitas a atualizações monetárias são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço.

t) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos;
- Contingências Passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados ou divulgados; e

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

u) Benefício Residual em Operações Securitizadas:

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

v) Lucro por ação:

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações em circulação, nas datas das demonstrações financeiras.

w) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões técnicas de seguro; (v) provisões para perdas em bens não de uso e provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (vi) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; (vii) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

x) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em:

- i) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- ii) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

4) **BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO**

a) **Balanço Patrimonial Consolidado:**

Ativo	30/06/2014							Total
	Financeiro (1)	Seguros (2)	Consórcios (3)	Securitização (4)	Promotora de Vendas (5)	Outros (6)	Eliminações (7)	
Circulante	9.328.439	236.816	3.396	127.348	134.217	118.554	(249.012)	9.699.758
Realizável a longo prazo	12.183.108	151.402	37.347	264.932	99.304	31.642	(90.075)	12.677.660
Permanente	1.141.323	53.316	117	488	25.744	545.574	(1.464.404)	302.158
Total em 30/06/2014	22.652.870	441.534	40.860	392.768	259.265	695.770	(1.803.491)	22.679.576
Total em 31/12/2013	21.753.725	448.466	46.486	520.508	261.848	804.586	(2.242.706)	21.592.913

Passivo	Financeiro (1)	Seguros (2)	Consórcios (3)	Securitização (4)	Promotora de Vendas (5)	Outros (6)	Eliminações (7)	Total
Circulante	13.960.482	208.961	11.039	183.580	41.529	318	(249.012)	14.156.897
Exigível a longo prazo	6.313.319	36.389	11.141	68.256	17.955	6.818	(90.075)	6.363.803
Resultado de períodos futuros	1.977	-	-	-	-	-	-	1.977
Minoritários	-	-	-	-	-	-	17	17
Patrimônio líquido	2.377.092	196.184	18.680	140.932	199.781	688.634	(1.464.421)	2.156.882
Total em 30/06/2014	22.652.870	441.534	40.860	392.768	259.265	695.770	(1.803.491)	22.679.576
Total em 31/12/2013	21.753.725	448.466	46.486	520.508	261.848	804.586	(2.242.706)	21.592.913

- (1) Representado pelas empresas Banco PAN S.A., Panamericano Arrendamento Mercantil S.A., Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDCs, Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária e BMSR II Participações;
- (2) Representado pelas empresas PAN Seguros S.A. e Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda;
- (3) Representado pela empresa Panamericano Administradora de Consórcio Ltda;
- (4) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;
- (5) Representados pelas empresas Panserv Prestadora de Serviços Ltda. e BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda;
- (6) Representados pelas empresas Ourinvest Real Estate Holding S.A. e Brazilian Finance Real Estate S.A.; e
- (7) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Demonstração do Resultado Consolidado:

Demonstração do Resultado	30/06/2014							Total
	Financeiro (1)	Seguros (2)	Consórcios (3)	Securitização (4)	Promotora de Vendas (5)	Outros (6)	Eliminações (7)	
- Receitas da intermediação financeira	2.199.676	13.894	1.019	46.485	10.025	676	(10.246)	2.261.529
- Despesas da intermediação financeira	(1.413.659)	-	-	(9.907)	-	-	10.246	(1.413.320)
Resultado bruto da intermediação financeira	786.017	13.894	1.019	36.578	10.025	676	-	848.209
- Outras receitas/despesas operacionais	(1.067.684)	34.263	(1.492)	(8.589)	(8.570)	(6.918)	(9.624)	(1.068.614)
- Resultado de equivalência patrimonial	13.826	-	-	-	-	(5.374)	(8.452)	(0)
- Resultado não operacional	(27.385)	-	1	(935)	19	(5)	-	(28.305)
- Provisão para IR e CSLL	123.205	(18.914)	168	(6.198)	(674)	2.134	-	99.721
- Minoritário	2	-	-	-	-	-	-	2
(Prejuízo)/Lucro líquido em 30/06/2014	(172.019)	29.243	(304)	20.856	800	(9.487)	(18.076)	(148.987)
(Prejuízo)/Lucro líquido em 30/06/2013	48.400	19.809	1.026	29.585	903	15.071	(63.041)	51.753

- (1) Representado pelas empresas Banco PAN S.A., Panamericano Arrendamento Mercantil S.A., Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDCs, Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária e BMSR II Participações;
- (2) Representado pelas empresas PAN Seguros S.A. e Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda;
- (3) Representado pela empresa Panamericano Administradora de Consórcio Ltda;
- (4) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;
- (5) Representados pelas empresas Panserv Prestadora de Serviços Ltda. e BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda;
- (6) Representados pelas empresas Ourinvest Real Estate Holding S.A. e Brazilian Finance Real Estate S.A.; e
- (7) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Disponibilidades em moeda nacional	40.717	28.403	48.931	39.360
Disponibilidades em moeda estrangeira	4.879	8.403	4.879	8.403
Total de disponibilidades (caixa)	45.596	36.806	53.810	47.763
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	806.998	876.997	806.998	876.997
Total de caixa e equivalentes de caixa	852.594	913.803	860.808	924.760

(1) Inclui as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos:

Banco	30/06/2014					
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações no Mercado Aberto:						
Posição bancada						
• Letras do Tesouro Nacional – LTN	428.000	-	-	-	-	428.000
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	199.515	-	-	-	-	199.515
Subtotal	627.515	-	-	-	-	627.515
Posição Financiada						
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	179.483	-	-	-	-	179.483
Subtotal	179.483	-	-	-	-	179.483
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.514	8.475	28.924	96.766	51.452	189.131
Total	810.512	8.475	28.924	96.766	51.452	996.129

Banco	31/12/2013					
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações no Mercado Aberto:						
Posição bancada						
• Letras do Tesouro Nacional – LTN	74.999	-	-	-	-	74.999
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	207.503	119.010	-	-	-	326.513
Subtotal	282.502	119.010	-	-	-	401.512
Posição Financiada						
• Letras do Tesouro Nacional – LTN	456.999	-	-	-	-	456.999
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	137.496	80.926	-	-	-	218.422
Subtotal	594.495	80.926	-	-	-	675.421
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.243	18.483	23.254	43.454	135.124	225.558
Total	882.240	218.419	23.254	43.454	135.124	1.302.491

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Consolidado	30/06/2014					
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações no Mercado Aberto:						
Posição bancada						
• Letras do Tesouro Nacional – LTN	428.000	-	-	-	-	428.000
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	199.515	-	-	-	-	199.515
Subtotal	627.515	-	-	-	-	627.515
Posição Financiada						
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	179.483	-	-	-	-	179.483
Subtotal	179.483	-	-	-	-	179.483
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.468	7.349	27.996	79.506	36.029	154.348
Total	810.466	7.349	27.996	79.506	36.029	961.346

Consolidado	31/12/2013					
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações no Mercado Aberto:						
Posição bancada						
• Letras do Tesouro Nacional – LTN	74.999	-	-	-	-	74.999
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	207.503	119.010	-	-	-	326.513
Subtotal	282.502	119.010	-	-	-	401.512
Posição Financiada						
• Letras do Tesouro Nacional – LTN	456.999	-	-	-	-	456.999
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	137.496	80.926	-	-	-	218.422
Subtotal	594.495	80.926	-	-	-	675.421
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.123	18.353	23.061	40.844	66.383	153.764
Total	882.120	218.289	23.061	40.844	66.383	1.230.697

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

São classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Rendas de aplicações em operações compromissadas:				
- Posição bancada	5.498	4.525	5.498	4.968
- Posição financiada	13.228	16.799	13.228	16.799
- Posição vendida	-	44.248	-	44.248
Subtotal	18.726	65.572	18.726	66.015
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	10.114	15.924	7.632	9.644
Total (nota 7d)	28.840	81.496	26.358	75.659

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira:

A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 30/06/2014 e em 31/12/2013, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Carteira própria:				
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	-	2.360	1.974
Depósitos a Prazo com Garantia Especial – DPGE	-	-	31.429	22.570
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	-	118.313	122.767
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	243.994	70.449	419.938	295.564
Notas do Tesouro Nacional – NTN	170.729	152.205	170.729	152.205
Cotas de Fundos de Investimento (1)	537	237.730	108.899	91.943
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	297	293	297	293
Subtotal	415.557	460.677	851.965	687.316
Vinculados a compromisso de recompra:				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	260.225	158.317	275.350	241.841
Notas do Tesouro Nacional – NTN	257.821	282.376	257.821	282.376
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	-	20.149	18.253
Cotas de Fundos de Renda Fixa	-	-	13.342	28.355
Subtotal	518.046	440.693	566.662	570.825
Vinculados à prestação de garantias:				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	131.089	227.968	169.424	264.477
Notas do Tesouro Nacional – NTN	26.500	-	26.500	-
Subtotal	157.589	227.968	195.924	264.477
Outras aplicações	-	-	2	2
Subtotal	-	-	2	2
Total de títulos e valores mobiliários	1.091.192	1.129.338	1.614.553	1.522.620
Instrumentos financeiros derivativos:				
Diferenciais a receber de “swap”	133.221	199.889	141.008	215.600
Total de instrumentos financeiros derivativos	133.221	199.889	141.008	215.600
Total geral	1.224.413	1.329.227	1.755.561	1.738.220

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento estão assim compostas:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
BEM Fundo de Investimento Referenciado DI TPF (ii)	537	522	537	522
Caixa Master CDC FIDC (i)	-	203.304	-	-
Caixa CDC FIDC (i)	-	33.904	-	-
DPVAT	-	-	49.595	37.852
Fundo de Investimento Caixa Arrojado – RF (iii)	-	-	23.517	22.389
Fundo BTG Pactual Absoluto – FIA (iv)	-	-	13.259	12.092
Fundo BTG Pactual Dividendos – FIA (iv)	-	-	11.609	10.793
Outros fundos	-	-	10.382	8.295
Total	537	237.730	108.899	91.943

- i. Fundo encerrado em 20/01/14;
- ii. Fundo administrado pela BEM DTVM Ltda;
- iii. Fundo administrado pela CEF; e
- iv. Fundo administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Composição por categorias e prazos individual e consolidado:

Banco	30/06/2014							
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil (2) (4)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Títulos disponíveis para venda:								
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	292.748	218.730	-	123.830	635.308	635.557	(249)
Total de títulos disponíveis para venda	-	292.748	218.730	-	123.830	635.308	635.557	(249)
Títulos mantidos até o vencimento (1)								
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	220.627	89.882	137.180	7.361	455.050	455.050	-
- Cotas de fundos de investimento	537	-	-	-	-	537	537	-
- Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	297	-	-	-	-	297	297	-
Total de mantidos até o vencimento	834	220.627	89.882	137.180	7.361	455.884	455.884	-
Total geral	834	513.375	308.612	137.180	131.191	1.091.192	1.091.441	(249)

Banco	31/12/2013							
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil (2) (4)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Títulos disponíveis para venda:								
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	101.018	355.715	-	-	456.733	456.630	103
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	364	364	412	(48)
Total de títulos disponíveis para venda	-	101.018	355.715	-	364	457.097	457.042	55
Títulos mantidos até o vencimento (1)								
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	93.292	208.256	132.670	-	434.218	434.218	-
- Cotas de fundos de investimento	237.730	-	-	-	-	237.730	237.730	-
- Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	293	-	-	-	-	293	293	-
Total de mantidos até o vencimento	238.023	93.292	208.256	132.670	-	672.241	672.241	-
Total geral	238.023	194.310	563.971	132.670	364	1.129.338	1.129.283	55

Consolidado	30/06/2014							
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil (2) (4)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Títulos para negociação:								
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	9.920	4.994	-	-	14.914	14.919	(5)
- Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	1.854	19.607	-	1.048	22.509	22.509	-
- Cotas de fundo de investimento	115.104	-	-	-	-	115.104	115.104	-
Total de títulos para negociação	115.104	11.774	24.601	-	1.048	152.527	152.532	(5)
Títulos disponíveis para venda:								
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	398.264	327.704	-	123.830	849.798	850.101	(303)
- Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI (3)	-	9.178	16.507	14.152	78.476	118.313	141.188	(22.875)
- Cotas de fundo de investimento	6.600	-	-	-	-	6.600	6.600	-
- Outras	-	1	-	-	-	1	1	-
Total de títulos disponíveis para venda	6.600	407.443	344.211	14.152	202.306	974.712	997.890	(23.178)
Títulos mantidos até o vencimento (1):								
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	220.627	89.882	137.180	7.361	455.050	455.050	-
- Depósitos a Prazo com Garantia Especial – DPGE	-	19.406	12.024	-	-	31.430	31.430	-
- Cotas de fundos de investimento	537	-	-	-	-	537	537	-
- Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	297	-	-	-	-	297	297	-
Total de mantidos até o vencimento	834	240.033	101.906	137.180	7.361	487.314	487.314	-
Total geral	122.538	659.250	470.718	151.332	210.715	1.614.553	1.637.736	(23.183)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Consolidado	31/12/2013							Ajuste de marcação a mercado
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil (2) (4)	Valor de custo atualizado	
Títulos para negociação:								
- Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	5.221	13.395	281	1.329	20.226	20.226	-
- Cotas de fundo de investimento	113.342	-	-	-	-	113.342	113.342	-
Total de títulos para negociação	113.342	5.221	13.395	281	1.329	133.568	133.568	-
Títulos disponíveis para venda:								
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	210.037	591.845	-	-	801.882	803.622	(1.740)
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	364	364	411	(47)
- Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI (3)	-	8.727	14.674	13.768	85.598	122.767	145.645	(22.878)
- Cotas de fundo de investimento	6.434	-	-	-	-	6.434	6.434	-
- Outras	-	2	-	-	-	2	2	-
Total de títulos disponíveis para venda	6.434	218.766	606.519	13.768	85.962	931.449	956.114	(24.665)
Títulos mantidos até o vencimento (1):								
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	93.292	208.256	132.669	-	434.217	434.217	-
- Depósitos a Prazo com Garantia Especial – DPGE	-	11.192	11.378	-	-	22.570	22.570	-
- Cotas de fundos de investimento	522	-	-	-	-	522	522	-
- Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	294	-	-	-	-	294	294	-
Total de mantidos até o vencimento	816	104.484	219.634	132.669	-	457.603	457.603	-
Total geral	120.592	328.471	839.548	146.718	87.291	1.522.620	1.547.285	(24.665)

(1) Atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, o Banco PAN declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”) e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”). No caso dos certificados de recebíveis imobiliários, o valor de mercado é apurado por meio de modelos internos, com a utilização de dados baseados em parâmetros de mercado observáveis;

(3) Conforme Circular BACEN nº 3.068/01, a partir de julho/13 os Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI’s foram classificados para Títulos Disponíveis para Venda, conforme a política interna de Classificação dos Instrumentos Financeiros em Carteira Trading e Carteira Banking, uma vez que não há mercado para obtenção de ganhos a curto prazo; e

(4) A coluna reflete o valor contábil após a marcação a mercado, de acordo com o item (2), exceto para as aplicações classificadas em “Títulos mantidos até o vencimento”, cujo valor de mercado é inferior ao valor de custo atualizado, no montante de R\$ 5.230 (31/12/2013 – superior em R\$ 22.516).

c) Instrumentos financeiros derivativos:

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos prioritariamente como *hedge* para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela BM&FBOVESPA. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de “*swap*”, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA.

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela BM&FBOVESPA. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, Termo de moeda e *Swap*) são custodiadas na BM&FBOVESPA ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP S.A.). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de “instrumentos financeiros derivativos” em contrapartida às respectivas contas de “resultado com instrumentos financeiros derivativos” e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

O contrato a termo de moeda estrangeira sem entrega física (ou *Non Deliverable Forward – NDF*) é negociado em mercado de balcão. É uma operação de compra ou venda de moeda estrangeira, em uma data futura e a uma paridade predeterminada. A liquidação financeira ocorre pela diferença entre a paridade inicial do contrato e a cotação de referência na data de vencimento. Para a precificação dos NDFs foram utilizadas as curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA.

Em 30/06/2014 e 31/12/2013, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

Valor Contábil / Mercado	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Instrumento:				
Swaps				
- Diferencial a receber	133.221	199.889	141.008	215.600
- Diferencial a pagar	(70.569)	(21.706)	(62.839)	(10.686)
Termo de moeda				
- Posição comprada	-	-	-	-
- Posição vendida	-	(251)	-	(251)
Contratos futuros				
- Posição ativa	1.866	720	1.866	720
- Posição passiva	(3.315)	(6.235)	(3.315)	(6.235)
Total líquido	61.203	172.417	76.720	199.148

A seguir, demonstra-se os valores registrados em conta de ativo, passivo e compensação, segregados nas categorias indexador, faixas de vencimento, valores de referência e contábil, a receber e a pagar. Todas as posições detidas em “*swap*” são negociadas em balcão e os contratos futuros, na BM&FBOVESPA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Instrumento/ Posição:	Banco								
	30/06/2014								
	Valor referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor Contábil	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Swap									
Posição ativa:	2.046.185	184	339	7.377	7.673	117.648	133.221	120.359	12.862
- Dólar	1.493.275	-	28	5.872	6.326	117.648	129.874	116.504	13.370
- CDI	117.568	184	311	1.505	109	-	2.109	2.194	(85)
- CDI	39.664	-	-	-	-	-	-	-	-
- CDI	110.505	-	-	-	1.017	-	1.017	1.629	(612)
- Libor	110.505	-	-	-	-	-	-	-	-
- Dólar (i)	87.334	-	-	-	221	-	221	32	189
- Libor	87.334	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição passiva:	2.046.185	(1.611)	(1.852)	(552)	(10.668)	(55.886)	(70.569)	(76.902)	6.333
- CDI	1.493.275	(1.602)	(1.837)	(508)	(2.160)	(54.535)	(60.642)	(67.838)	7.196
- Dólar	117.568	-	-	-	(7.150)	(1.195)	(8.345)	(7.199)	(1.146)
- Pré	39.664	(9)	(15)	(44)	(120)	(156)	(344)	(204)	(140)
- Libor	110.505	-	-	-	-	-	-	-	-
- CDI	110.505	-	-	-	(1.017)	-	(1.017)	(1.629)	612
- Libor	87.334	-	-	-	-	-	-	-	-
- Dólar	87.334	-	-	-	(221)	-	(221)	(32)	(189)
Contratos futuros									
Posição ativa:	1.891.003	1.866	-	-	-	-	1.866	1.866	-
- DDI	729.950	489	-	-	-	-	489	489	-
- Dólar	135.105	-	-	-	-	-	-	-	-
- DI1	1.025.948	1.377	-	-	-	-	1.377	1.377	-
Posição passiva:	1.891.003	(3.315)	-	-	-	-	(3.315)	(3.315)	-
- DDI	729.950	(3.090)	-	-	-	-	(3.090)	(3.090)	-
- Dólar	135.105	(210)	-	-	-	-	(210)	(210)	-
- DI1	1.025.948	(15)	-	-	-	-	(15)	(15)	-
Total a receber líquido		(2.876)	(1.513)	6.825	(2.995)	61.762	61.203	42.008	19.195

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Instrumento/ Posição:	Banco								
	31/12/2013								
	Valor referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor Contábil	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Swap									
Posição ativa:	1.847.353	196	416	10.069	11.281	177.927	199.889	231.642	(31.753)
- Dólar	1.521.598	-	336	10.007	11.269	177.703	199.315	231.288	(31.973)
- CDI	148.170	196	80	62	12	-	350	326	24
- CDI	2.917	-	-	-	-	-	-	-	-
- Dólar (i)	87.334	-	-	-	-	224	224	28	196
- Libor	87.334	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição passiva:	1.847.353	(14)	(1.178)	(51)	(204)	(20.259)	(21.706)	(18.485)	(3.221)
- CDI	1.521.598	-	(71)	-	(74)	(6.250)	(6.395)	(3.150)	(3.245)
- Dólar	148.170	-	(1.077)	-	(55)	(13.785)	(14.917)	(15.151)	234
- IGPM	2.917	(14)	(30)	(51)	(75)	-	(170)	(156)	(14)
- Libor	87.334	-	-	-	-	-	-	-	-
- Dólar	87.334	-	-	-	-	(224)	(224)	(28)	(196)
Termo de moeda									
Posição vendida	5.032	-	-	(251)	-	-	(251)	(266)	15
Dólar	5.032	-	-	(251)	-	-	(251)	(266)	15
Posição comprada	5.032	-	-	-	-	-	-	-	-
Prê	5.032	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratos futuros									
Posição ativa:	7.507.844	720	-	-	-	-	720	720	-
- DDI	608.941	254	-	-	-	-	254	254	-
- Dólar	66.586	192	-	-	-	-	192	192	-
- DI1	6.832.317	274	-	-	-	-	274	274	-
Posição passiva:	7.507.844	(6.235)	-	-	-	-	(6.235)	(6.235)	-
- DDI	608.941	(3.822)	-	-	-	-	(3.822)	(3.822)	-
- Dólar	66.586	(354)	-	-	-	-	(354)	(354)	-
- DI1	6.832.317	(2.059)	-	-	-	-	(2.059)	(2.059)	-
Total a receber líquido		(5.333)	(762)	9.767	11.077	157.668	172.417	207.376	(34.959)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Instrumento/ Posição:	Consolidado								
	30/06/2014								
	Valor referênci	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor Contábil	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Swap									
Posição ativa:	1.901.720	184	339	12.241	10.596	117.648	141.008	127.388	13.620
- Dólar	1.622.212	-	28	10.736	9.470	117.648	137.882	123.565	14.317
- CDI	42.005	184	311	1.505	109	-	2.109	2.194	(85)
- CDI	39.664	-	-	-	-	-	-	-	-
-CDI	110.505	-	-	-	1.017	-	1.017	1.629	(612)
- Libor	87.334	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição passiva:	1.901.720	(1.611)	(1.852)	(552)	(2.938)	(55.886)	(62.839)	(69.259)	6.420
- CDI	1.622.212	(1.602)	(1.837)	(508)	(2.160)	(54.535)	(60.642)	(67.838)	7.196
- Dólar	42.005	-	-	-	(437)	(1.195)	(1.632)	(1.185)	(447)
- Pré	39.664	(9)	(15)	(44)	(120)	(156)	(344)	(204)	(140)
- Libor	110.505	-	-	-	-	-	-	-	-
-Dólar	87.334	-	-	-	(221)	-	221	(32)	(189)
Contratos futuros									
Posição ativa	1.891.003	1.866	-	-	-	-	1.866	1.866	-
- DDI	729.050	489	-	-	-	-	489	489	-
- Dólar	135.105	-	-	-	-	-	-	-	-
- DI1	1.025.948	1.377	-	-	-	-	1.377	1.377	-
Posição passiva	1.891.003	(3.315)	-	-	-	-	(3.315)	(3.315)	-
- DDI	729.950	(3.090)	-	-	-	-	(3.090)	(3.090)	-
- Dólar	135.105	(210)	-	-	-	-	(210)	(210)	-
- DI1	1.025.948	(15)	-	-	-	-	(15)	(15)	-
Total a receber líquido		(2.876)	(1.513)	11.689	7.658	61.762	76.720	56.680	20.040

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Instrumento/ Posição:	Consolidado								
	31/12/2013								
	Valor referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor Contábil	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Swap									
Posição ativa:	1.813.293	196	416	10.069	20.995	183.924	215.600	259.611	(44.011)
- Dólar	1.650.435	-	336	10.007	20.983	183.924	215.250	259.285	(44.035)
- CDI	72.607	196	80	62	12	-	350	326	24
- CDI	2.917	-	-	-	-	-	-	-	-
- Libor	87.334	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição passiva:	1.813.293	(14)	(1.178)	(51)	(204)	(9.239)	(10.686)	(18.485)	7.799
- CDI	1.650.435	-	(71)	-	(74)	(6.249)	(6.394)	(3.150)	(3.244)
- Dólar	72.607	-	(1.077)	-	(55)	(2.766)	(3.898)	(15.151)	11.253
- IGPM	2.917	(14)	(30)	(51)	(75)	-	(170)	(156)	(14)
- Dólar	87.334	-	-	-	-	(224)	(224)	(28)	(196)
Contratos futuros									
Posição ativa	7.507.844	720	-	-	-	-	720	720	-
- DDI	608.941	254	-	-	-	-	254	254	-
- Dólar	66.586	192	-	-	-	-	192	192	-
- DI1	6.832.317	274	-	-	-	-	274	274	-
Posição passiva	7.507.844	(6.235)	-	-	-	-	(6.235)	(6.235)	-
- DDI	608.941	(3.822)	-	-	-	-	(3.822)	(3.822)	-
- Dólar	66.586	(354)	-	-	-	-	(354)	(354)	-
- DI1	6.832.317	(2.059)	-	-	-	-	(2.059)	(2.059)	-
Termo de moeda									
Posição vendida	5.032	-	-	(251)	-	-	(251)	(266)	15
Dólar	5.032	-	-	(251)	-	-	(251)	(266)	15
Posição comprada	5.032	-	-	-	-	-	-	-	-
Pré	5.032	-	-	-	-	-	-	-	-
Total a receber líquido		(5.333)	(762)	9.767	20.791	174.685	199.148	235.345	(36.197)

Hedge Contábil: Basicamente esses instrumentos financeiros foram realizados como proteção das operações passivas de *Euro Medium-Term Notes* e Dívidas Subordinadas no exterior, indexadas ao dólar (objetos de *hedge*), classificados como "*hedge*" de risco de mercado. A efetividade apurada para a carteira de *hedge*, esta em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3082/02.

O resultado apurado com instrumentos financeiros derivativos está assim composto:

Banco	30/06/2014			30/06/2013		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Swap	197.202	(313.675)	(116.473)	253.163	(231.278)	21.885
Contratos futuros	401.853	(377.782)	24.071	9.257	(32.507)	(23.250)
Termo de moeda	400	(22)	378	195.729	(230.614)	(34.885)
Total	599.455	(691.479)	(92.024)	458.149	(494.399)	(36.250)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Consolidado	30/06/2014			30/06/2013		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Swap	200.226	(336.542)	(136.316)	293.226	(256.453)	36.773
Contratos futuros	401.853	(377.782)	24.071	9.257	(32.507)	(23.250)
Termo de moeda	400	(22)	378	195.729	(230.614)	(34.885)
Total	602.479	(714.346)	(111.867)	498.212	(519.574)	(21.362)

d) Resultado com títulos e valores mobiliários:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Títulos de renda fixa	52.368	38.205	80.754	126.753
Resultado com cotas subordinadas	222	5.006	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 6b)	28.840	81.496	26.358	75.659
Total	81.430	124.707	107.112	202.412

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações sobre a carteira de operações de crédito, que incluem as operações de arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de operações de crédito, em 30/06/2014 e 31/12/2013, estão assim apresentadas:

a) Composição da carteira por tipo de operação:

	Banco			
	30/06/2014		31/12/2013	
	Valor	%	Valor	%
Crédito direto ao consumidor	7.922.687	55,44	7.521.557	58,26
Empréstimo em consignação	2.268.776	15,88	1.730.544	13,40
Financiamento a titulares de cartões de crédito (1)	600.941	4,21	573.602	4,44
Capital de giro	1.705.022	11,93	1.326.583	10,27
Financiamentos habitacionais	6.894	0,05	111	-
Direitos creditórios adquiridos	11.475	0,08	23.445	0,18
Renegociações	47.177	0,33	27.722	0,21
Conta garantida	49	-	49	-
Crédito pessoal	78.263	0,55	93.083	0,72
Títulos descontados	6	-	204	-
Cheque especial	277	-	277	-
Financiamentos à exportação	642.881	4,50	585.341	4,53
Outros	551	-	554	0,01
Total das operações de crédito	13.284.999	92,97	11.883.072	92,04
Outros créditos (2)	607.318	4,25	628.285	4,87
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber (3)	397.047	2,78	399.770	3,10
Total	14.289.364	100,00	12.911.127	100,00

(1) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard;

(2) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito, títulos e créditos a receber com características de concessão de crédito; e

(3) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redutor da rubrica "Outras Obrigações" (Nota 9).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

	Consolidado			
	30/06/2014		31/12/2013	
	Valor	%	Valor	%
Crédito direto ao consumidor	7.922.687	50,03	8.135.827	53,67
Operações de arrendamento mercantil (1)	80.788	0,51	139.202	0,92
Empréstimo em consignação	2.268.776	14,33	1.730.544	11,42
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	197.209	1,25	190.462	1,26
Financiamentos habitacionais	866.599	5,47	946.927	6,25
Empréstimos com garantia imobiliária	409.590	2,59	356.383	2,35
Financiamento a titulares de cartões de crédito (2)	600.941	3,79	573.602	3,78
Capital de giro	1.705.022	10,77	1.326.583	8,75
Direitos creditórios adquiridos	11.475	0,07	23.445	0,15
Renegociações	47.177	0,30	27.722	0,18
Conta garantida	49	-	49	-
Crédito pessoal	78.263	0,49	93.083	0,62
Títulos decontados	6	-	204	-
Cheque especial	277	-	277	-
Financiamentos à exportação	642.881	4,06	585.341	3,86
Outros	551	-	554	-
Total das operações de crédito e arrendamento mercantil	14.832.291	93,66	14.130.205	93,21
Outros créditos (3)	607.318	3,83	628.285	4,15
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber (4)	397.047	2,51	399.770	2,64
Total	15.836.656	100,00	15.158.260	100,00

(1) Registrado a valor presente;

(2) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard;

(3) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito, títulos e créditos a receber com características de concessão de crédito; e

(4) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redutor da rubrica "Outras Obrigações" (Nota 9).

b) Composição da carteira por *rating* e prazo de vencimento:

Rating	Banco							
	30/06/2014							
	Vencidos		A vencer					Total
Há mais de 14 dias	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
AA	-	-	-	-	-	-	-	-
A	5.444	966.335	300.895	288.243	829.207	1.499.982	6.049.364	9.939.470
B	70.959	91.790	113.708	141.622	302.656	535.163	830.282	2.086.180
C	57.113	77.711	41.907	37.044	168.199	277.976	322.994	982.944
D	54.168	16.080	19.947	8.009	29.602	52.828	174.854	355.488
E	38.392	7.729	3.691	3.804	11.605	22.759	72.230	160.210
F	54.221	6.234	3.039	3.168	9.529	19.050	59.637	154.878
G	46.903	4.532	2.272	2.298	6.905	13.560	39.487	115.957
H	221.600	20.743	9.800	9.802	29.251	56.200	146.841	494.237
Total	548.800	1.191.154	495.259	493.990	1.386.954	2.477.518	7.695.689	14.289.364

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Rating	Banco							
	31/12/2013							
	Vencidos	A vencer						Total
Há mais de 14 dias	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
AA	-	-	-	-	-	-	-	-
A	5.626	917.778	279.340	250.471	697.940	1.275.022	5.633.374	9.059.551
B	35.702	115.008	105.078	108.331	284.263	478.541	716.603	1.843.526
C	47.766	49.021	55.447	32.697	125.826	195.774	277.157	783.688
D	37.423	21.667	11.443	7.328	18.169	85.615	131.516	313.161
E	42.431	6.308	3.696	3.586	10.460	19.620	71.430	157.531
F	37.788	4.260	2.480	2.406	7.032	19.687	48.255	121.908
G	33.934	3.439	2.026	1.973	5.716	11.383	38.901	97.372
H	229.776	20.038	10.737	10.380	28.582	56.305	178.572	534.390
Total	470.446	1.137.519	470.247	417.172	1.177.988	2.141.947	7.095.808	12.911.127

Rating	Consolidado							
	30/06/2014							
	Vencidos	A vencer						Total
Há mais de 14 dias	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
AA	-	-	-	-	-	-	-	-
A	5.669	1.023.445	317.864	325.066	905.717	1.599.791	6.512.650	10.690.202
B	82.392	152.228	114.544	157.842	355.924	572.705	908.520	2.344.155
C	95.084	95.773	56.041	44.038	195.161	363.336	389.979	1.239.412
D	119.227	17.339	21.635	12.370	31.814	74.711	221.492	498.588
E	52.205	8.197	3.970	4.084	12.414	37.086	85.410	203.366
F	56.885	6.801	3.219	3.343	15.199	19.811	64.349	169.607
G	73.275	4.760	2.412	2.435	7.303	19.728	43.841	153.754
H	252.573	21.785	10.257	10.266	30.535	58.051	154.105	537.572
Total	737.310	1.330.328	529.942	559.444	1.554.067	2.745.219	8.380.346	15.836.656

Rating	Consolidado							
	31/12/2013							
	Vencidos	A vencer						Total
Há mais de 14 dias	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
AA	-	-	-	-	-	-	-	-
A	5.892	966.872	307.275	299.526	843.696	1.502.972	6.209.095	10.135.328
B	53.938	132.258	112.525	136.096	333.137	565.899	790.758	2.124.611
C	73.225	65.058	87.110	40.410	189.421	220.500	312.399	988.123
D	69.395	24.058	14.624	11.939	58.631	90.995	190.839	460.481
E	57.811	7.645	4.492	4.330	12.491	22.728	85.738	195.235
F	52.719	5.344	3.108	2.985	8.614	22.055	54.958	149.783
G	61.049	4.334	2.544	2.458	13.962	13.375	43.656	141.378
H	609.066	25.013	13.223	12.712	34.997	66.187	202.123	963.321
Total	983.095	1.230.582	544.901	510.456	1.494.949	2.504.711	7.889.566	15.158.260

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Composição da carteira de crédito por nível de risco e provisão para créditos de liquidação duvidosa:

		30/06/2014							
		Banco				Consolidado			
Nível	Provisão Requerida %	A vencer	Vencidos (1)	Total	Provisão	A vencer	Vencidos (1)	Total	Provisão
AA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A	0,50	9.934.026	5.444	9.939.470	49.697	10.684.533	5.669	10.690.202	53.451
B	1,00	2.015.221	70.959	2.086.180	20.862	2.261.763	82.392	2.344.155	23.442
C	3,00	925.831	57.113	982.944	29.488	1.144.328	95.084	1.239.412	37.182
D	10,00	301.320	54.168	355.488	35.549	379.361	119.227	498.588	49.859
E	30,00	121.818	38.392	160.210	48.063	151.161	52.205	203.366	61.010
F	50,00	100.657	54.221	154.878	77.439	112.722	56.885	169.607	84.804
G	70,00	69.054	46.903	115.957	81.170	80.479	73.275	153.754	107.628
H	100,00	272.637	221.600	494.237	494.237	284.999	252.573	537.572	537.572
Total		13.740.564	548.800	14.289.364	836.505	15.099.346	737.310	15.836.656	954.947
		% sobre total de risco			5,85%	% sobre total de risco			6,03%

		31/12/2013							
		Banco				Consolidado			
Nível	Provisão Requerida %	A vencer	Vencidos (1)	Total	Provisão	A vencer	Vencidos (1)	Total	Provisão
AA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A	0,50	9.053.925	5.626	9.059.551	45.298	10.129.436	5.892	10.135.328	50.777
B	1,00	1.807.824	35.702	1.843.526	18.435	2.070.673	53.938	2.124.611	21.346
C	3,00	735.922	47.766	783.688	23.511	914.898	73.225	988.123	30.643
D	10,00	275.738	37.423	313.161	31.316	391.086	69.395	460.481	47.048
E	30,00	115.100	42.431	157.531	47.259	137.424	57.811	195.235	59.570
F	50,00	84.120	37.788	121.908	60.954	97.064	52.719	149.783	75.892
G	70,00	63.438	33.934	97.372	68.161	80.329	61.049	141.378	99.885
H	100,00	304.613	229.777	534.390	534.389	354.254	609.067	963.321	963.320
Total		12.440.680	470.447	12.911.127	829.323	14.175.164	983.096	15.158.260	1.348.481
		% sobre total de risco			6,42%	% sobre total de risco			8,90%

(1) inclui parcelas vencidas há mais de 14 dias.

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Banco				
	30/06/2014				
	Operações de Crédito (1)	PDD adicional (2)	Cessões de Crédito (3)	Outros Créditos	Total
Saldo do início do semestre	829.323	-	132.982	13.830	976.135
- Saldo oriundo de créditos que retornaram para a carteira do Banco	402.018	-	-	-	402.018
- Constituição/reversão de provisão	528.000	-	(80.073)	(1.928)	445.999
- Baixas contra a provisão	(922.836)	-	-	-	(922.836)
Saldo do fim do semestre	836.505	-	52.909	11.902	901.316
- Créditos recuperados (4) (5)	121.334	-	-	-	121.334
- Efeito no resultado (6)	(406.666)	-	80.073	1.928	(324.665)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

	Banco				
	30/06/2013				
	Operações de Crédito (1)	PDD adicional (2)	Cessões de Crédito (3)	Outros Créditos	Total
Saldo do início do semestre	831.642	-	217.137	15.193	1.063.972
- Saldo oriundo de créditos que retornaram para a carteira do Banco	218.920	-	-	-	218.920
- Constituição/reversão de provisão	470.018	14.000	(31.921)	9.518	461.615
- Baixas contra a provisão	(592.925)	-	-	-	(592.925)
Saldo do fim do semestre	927.655	14.000	185.216	24.711	1.151.582
- Créditos recuperados (4) (5)	76.605	-	-	-	76.605
- Efeito no resultado (6)	(393.413)	(14.000)	31.921	(9.518)	(385.010)

	Consolidado				
	30/06/2014				
	Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil (1)	PDD adicional (2)	Cessões de Crédito (3)	Outros Créditos	Total
Saldo do início do semestre	1.348.481	70	132.982	14.983	1.496.516
- Constituição/reversão de provisão	569.764	(1)	(80.073)	(2.137)	487.553
- Baixas contra a provisão	(963.299)	-	-	-	(963.299)
Saldo do fim do semestre	954.946	69	52.909	12.846	1.020.770
- Créditos recuperados (4) (5)	135.393	-	-	-	135.393
- Efeito no resultado (6)	(434.371)	1	80.073	2.137	(352.160)

	Consolidado				
	30/06/2013				
	Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil (1)	PDD adicional (2)	Cessões de Crédito (3)	Outros Créditos	Total
Saldo do início do semestre	1.511.364	431	217.137	15.933	1.744.865
- Saldo oriundo de créditos que retornaram para a carteira do Banco	218.920	-	-	-	218.920
- Constituição/reversão de provisão	541.188	13.717	(31.921)	10.131	533.115
- Baixas contra a provisão	(858.698)	-	-	-	(858.698)
Saldo do fim do semestre	1.412.774	14.148	185.216	26.064	1.638.202
- Créditos recuperados (4) (5)	90.737	-	-	-	90.737
- Efeito no resultado (6)	(450.451)	(13.717)	31.921	(10.131)	(442.378)

- (1) Inclui outros créditos com características de operações de crédito e operações de câmbio;
- (2) Constituída para fazer frente a riscos adicionais da carteira de crédito, de acordo com a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de crédito;
- (3) Refere-se a provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de cessão de crédito com coobrigação (nota 8g), classificada em Outras Obrigações - diversas;
- (4) No semestre findo em 30/06/2014, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 135.393 (sendo R\$ 121.334 de recuperação de crédito do Banco PAN, R\$ 9.387 de recuperação de operação de arrendamento mercantil e R\$ 4.672 de recuperação de créditos imobiliários). No Banco PAN e no Consolidado, a carteira de créditos renegociados totaliza R\$ 47.177 (R\$ 27.722 em 31/12/2013);
- (5) Contabilizado em Rendas de operações de crédito; e
- (6) Despesa de provisão constituída menos receita de créditos recuperados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

e) Classificação por setor de atividade:

Setor de atividade	Banco			
	30/06/2014		31/12/2013	
	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	11.146.817	78,01	10.250.250	79,70
Agroindústria	557.403	3,9	456.126	3,53
Açúcar e Etanol	163.761	1,15	129.216	1,00
Agronegócio e Proteína Animal	393.642	2,75	326.910	2,53
Comércio	893.093	6,25	902.306	6,99
Atacado e Varejo	893.093	6,25	902.306	6,99
Indústrias de Base	418.737	2,93	327.044	2,53
Autopeças	136	-	174	-
Indústria Química	54.799	0,38	41.586	0,32
Óleo e Gás	20	-	20	-
Outras Indústrias	303.306	2,12	229.978	1,78
Papel e Celulose	54.069	0,38	48.941	0,38
Têxtil	6.407	0,04	6.345	0,05
Serviços	1.273.314	8,91	975.401	7,55
Construção e Incorporação	557.752	3,9	434.980	3,37
Financeiros	24.674	0,17	41.209	0,32
Locação de Veículos	22.828	0,16	24.692	0,19
Mídia, TI e Telecom	44.280	0,31	15.347	0,12
Outros Serviços	475.636	3,33	327.141	2,53
Saúde, Segurança e Educação	17.868	0,13	6.915	0,05
Transporte e Logística	106.611	0,75	93.462	0,72
Utilitários	23.665	0,17	31.655	0,25
Total	14.289.364	100,00	12.911.127	100,00

Setor de atividade	Consolidado			
	30/06/2014		31/12/2013	
	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	11.842.691	74,78	11.622.375	76,67
Agroindústria	557.403	3,52	456.126	3,00
Açúcar e Etanol	163.761	1,03	129.216	0,85
Agronegócio e Proteína Animal	393.642	2,49	326.910	2,15
Comércio	896.452	5,66	907.314	5,99
Atacado e Varejo	896.452	5,66	907.314	5,99
Indústrias de Base	420.027	2,65	328.261	2,16
Autopeças	136	-	174	-
Indústria Química	54.799	0,35	41.586	0,27
Óleo e Gás	20	-	20	-
Outras Indústrias	304.596	1,92	231.195	1,53
Papel e Celulose	54.069	0,34	48.941	0,32
Têxtil	6.407	0,04	6.345	0,04
Serviços	2.120.083	13,39	1.844.184	12,18
Construção e Incorporação	1.386.747	8,76	1.280.412	8,45
Financeiros	24.674	0,16	41.209	0,28
Locação de Veículos	22.828	0,14	24.692	0,16
Mídia, TI e Telecom	44.280	0,28	15.347	0,10
Outros Serviços	493.410	3,12	350.492	2,31
Saúde, Segurança e Educação	17.868	0,11	6.915	0,05
Transporte e Logística	106.611	0,67	93.462	0,62
Utilitários	23.665	0,15	31.655	0,21
Total	15.836.656	100,00	15.158.260	100,00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

f) Concentração das operações de crédito:

Maiores Devedores	Banco				Consolidado			
	30/06/2014		31/12/2013		30/06/2014		31/12/2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	393.606	2,75	322.095	2,49	401.267	2,53	335.470	2,21
50 seguintes maiores devedores	995.713	6,97	788.576	6,11	1.100.043	6,95	891.200	5,88
100 seguintes maiores devedores	993.131	6,95	904.671	7,01	1.149.525	7,26	1.054.544	6,96
Demais devedores	11.906.914	83,33	10.895.785	84,39	13.185.821	83,26	12.877.046	84,95
Total	14.289.364	100,00	12.911.127	100,00	15.836.656	100,00	15.158.260	100,00

g) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

- Cessões sem coobrigação

No semestre findo em 30/06/2014, foram realizadas cessões de créditos com instituição financeira, conforme demonstrado a seguir:

	Banco		
	30/06/2014		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Crédito direto ao consumidor	1.494.063	1.387.053	107.010
Empréstimo em consignação	1.274.008	1.031.348	242.660
Financiamentos habitacionais	94.565	92.763	1.802
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	11.259	11.028	231
Empréstimos com garantia imobiliária	278.893	262.179	16.714
Total	3.152.788	2.784.371	368.417

	Consolidado		
	30/06/2014		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Crédito direto ao consumidor	1.494.063	1.387.053	107.010
Empréstimo em consignação	1.274.008	1.031.348	242.660
Financiamentos habitacionais	94.565	87.862	6.703
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	11.259	10.464	795
Empréstimos com garantia imobiliária	278.893	244.554	34.339
Total	3.152.788	2.761.281	391.507

	Banco		
	30/06/2013		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Crédito direto ao consumidor	1.691.467	1.543.049	148.418
Empréstimo em consignação	1.485.153	1.169.959	315.194
Financiamentos habitacionais	52.512	39.215	13.297
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	3.158	2.349	809
Empréstimos com garantia imobiliária	276.516	206.528	69.988
Total	3.508.806	2.961.100	547.706

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

	Consolidado		
	30/06/2013		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Crédito direto ao consumidor	1.691.467	1.543.049	148.418
Empréstimo em consignação	1.485.153	1.169.959	315.194
Financiamentos habitacionais	52.516	37.041	15.475
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	3.160	2.219	941
Empréstimos com garantia imobiliária	276.540	195.081	81.459
Total	3.508.836	2.947.349	561.487

(1) Contabilizado em "Rendas de operações de crédito".

• **Cessões com coobrigação**

As responsabilidades por créditos cedidos com coobrigação montam a R\$ 244.835 (R\$ 498.748 em 31/12/2013), no Banco PAN e consolidado, apurado pelo valor presente por meio das taxas dos contratos.

O valor presente apurado pelas taxas de cessão de crédito monta a R\$ 258.226 (R\$ 540.424 em 31/12/2013), no Banco PAN e consolidado, para as quais foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 52.909 (R\$ 132.902 em 31/12/2013), no Banco PAN e consolidado, calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações não cedidas e registrada na rubrica "Outras obrigações diversas" (nota nº 22b).

h) Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Lucros nas cessões de crédito (nota 8g)	368.417	547.706	391.507	561.487
Cartão de crédito	173.360	151.129	173.360	151.129
Crédito direto ao consumidor	826.806	606.169	827.273	750.788
Empréstimos em consignação	241.734	166.117	241.734	166.117
Crédito pessoal	18.225	22.525	18.225	22.525
Recuperação de créditos baixados como prejuízos (1)	121.334	76.605	135.393	90.737
Direitos creditórios	1.806	4.728	1.806	4.728
Renegociações	2.158	1.499	2.158	1.499
Financiamento à exportação	113.342	71.206	113.342	71.206
Habitacionais	300	207	87.488	56.154
Rendas de empreendimentos imobiliários	-	-	10.324	9.895
Rendas de empréstimos com garantia imobiliária	-	-	25.118	26.864
Capital de giro	112.418	72.967	112.418	72.967
Arrendamento mercantil, líquido de despesas (2)	-	-	10.314	25.739
Outras	2.498	2.007	2.498	2.007
Total	1.982.398	1.722.865	2.152.958	2.013.842

(1) No consolidado, considera operações de crédito e arrendamento mercantil; e

(2) Não inclui recuperação de créditos baixados para prejuízo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

9) CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Saldos patrimoniais:

Banco e Consolidado	30/06/2014	31/12/2013
Ativo – Outros Créditos		
Câmbio comprado a liquidar	373.917	411.553
Rendas a receber	13.978	16.965
Total do Ativo	387.895	428.518
Passivo - Outras Obrigações		
Obrigações por compra de câmbio	383.069	382.805
Adiantamento sobre contratos de câmbio	(383.069)	(382.805)
Total do Passivo	-	-

b) Resultado de operação de câmbio:

Banco e Consolidado	30/06/2014	30/06/2013
Rendas de Financiamento à Exportação	136.860	17.221
Variação Cambial	(135.401)	56.193
Outros	-	2.483
Total	1.459	75.897

10) RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

Compreendem as carteiras de financiamentos imobiliários adquiridas pela Brazilian Securities, que serão utilizadas como lastro para futuras emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

Consolidado	Vencimento final	Indexador	Juros % a.a.	30/06/2014	31/12/2013
Tranches 95 e 96 (1)	08/09/2027	TR	8,65	8.681	10.069
Cédula de Crédito Imobiliário	30/12/2043	INCC/IGPM /TR e sem correção monetária	0 até 18,33	161.855	183.681
Total				170.536	193.750

(1) As referidas tranches foram securitizadas.

Qualidade do Crédito:

Os contratos dos recebíveis imobiliários têm cláusula de alienação fiduciária do imóvel objeto. A Administração da Companhia entende que essa garantia é suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes da inadimplência dos mutuários, não sendo, portanto, necessária a constituição de qualquer provisão complementar.

Os recebíveis imobiliários são considerados ativos de boa capacidade de pagamento, uma vez que são adquiridos apenas se apresentarem características, garantias e históricos de pagamento que demonstrem sua alta probabilidade de realização, para que sejam passíveis de securitização.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

11) BENEFÍCIO RESIDUAL EM OPERAÇÕES SECURITIZADAS

a) Resumo dos saldos contábeis sob regime fiduciário:

Consolidado	30/06/2014	31/12/2013
Disponibilidades	31.714	29.127
Aplicações Financeiras	130.342	182.360
Recebíveis Imobiliários (1)	9.807.532	10.313.889
Outros Ativos	18.837	26.513
Total do Ativo	9.988.425	10.551.889
Certificados de Recebíveis Imobiliários (2)	9.887.161	10.400.866
Outros Passivos	89.152	137.865
Total do Passivo	9.976.313	10.538.731
Benefício Residual em Operações Securitizadas (3)	12.112	13.158

- (1) Os recebíveis imobiliários são atualizados pelo IGPM, IPCA, TR, Poupança e CDI ou não possuem indexador de atualização, adicionados de taxas de juros que variam de 0,00 % a.a. a 19,80 % a.a. (31/12/2013 – 0,00% a.a. a 19,80% a.a.) e também são atualizados por 100% do CDI a 121,48% do CDI, adicionados a taxas de juros que variam de 0,00% a.a. a 2,50% a.a., e com vencimento até 26/07/2043;
- (2) Os certificados de recebíveis imobiliários são atualizados pelo IGPM, IPCA, TR, Poupança e CDI ou não possuem indexador de atualização, adicionados de taxas de juros que variam de 3,07% a.a. a 77,50% a.a. (31/12/2013 – 3,07% a.a. a 77,50% a.a.) e, também são atualizados por 100% do CDI a 121,48% do CDI, adicionados a taxas de juros que variam de 0,00% a.a. a 2,00% a.a. e com vencimento até 01/07/2043; e
- (3) Benefício residual em operações securitizadas corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

b) Ao longo do 1º semestre de 2014, a Controlada Brazilian Securities adquiriu o montante de R\$ 125.976 mil (31/12/2013 – R\$ 3.134.267) de recebíveis imobiliários. Adicionalmente, foram realizadas operações de retrocessões no montante de R\$ 485 mil (31/12/2013 – R\$ 15.223).

c) Em 30/06/2014, o total de parcelas em atraso há mais de 90 dias dos recebíveis imobiliários vinculados as séries emitidas é de R\$ 26.044 mil, que corresponde a 2,14% do total dos recebíveis imobiliários vinculados as séries.

12) OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS (1)

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Créditos tributários (Nota 34b)	2.579.369	2.466.982	2.923.989	2.810.588
Títulos e créditos a receber (2)	607.318	628.285	607.318	628.285
Imposto de renda a compensar	294.449	290.039	366.597	380.069
Valores a receber por cessão de créditos	317.240	205.281	317.240	205.281
Depósitos judiciais e fiscais	134.021	115.079	167.949	144.554
Valores a receber de sociedades ligadas	40.103	20.742	14.484	-
Valores a receber de empréstimos consignados (3)	33.591	17.456	33.591	17.456
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	4.283	9.092	5.059	9.427
Cartões de crédito (4)	288	2.110	288	2.110
Adiantamentos e antecipações salariais	210	781	1.267	1.694
Outros	78.136	71.082	103.055	97.321
Total	4.089.008	3.826.929	4.540.837	4.296.785

(1) Inclui títulos e créditos a receber;

(2) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito e títulos de crédito a receber com característica de concessão de crédito;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- (3) Refere-se a valores recebidos e ainda não repassados ao Banco por Governos Estaduais e Municipais, cujos repasses vêm sendo negociados pelo Banco PAN, que constitui provisão integral para perdas e para os repasses em atraso há mais de 180 dias, cujo saldo em 30/06/2014 é R\$ 11.901 (R\$ 13.830 em 31/12/2013); e
- (4) Refere-se às operações com cartões de crédito cujas faturas ainda não foram emitidas, ou que foram emitidas, mas ainda não venceram.

13) OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso próprio/outros:

	Valor Residual							
	Banco				Consolidado			
	Custo	Provisão para perdas	30/06/2014	31/12/2013	Custo	Provisão para perdas	30/06/2014	31/12/2013
Veículos	23.261	(8.742)	14.519	15.322	24.132	(8.527)	15.605	15.675
Veículos em regime especial	34.568	(29.707)	4.861	6.285	36.599	(32.229)	4.370	6.587
Imóveis	21.755	(55)	21.700	13.924	68.407	(55)	68.352	51.827
Total dos bens não de uso próprio	79.584	(38.504)	41.080	35.531	129.138	(40.811)	88.327	74.089
Outros bens	440	-	440	476	440	-	440	476
Total de outros valores e bens	80.024	(38.504)	41.520	36.007	129.578	(40.811)	88.767	74.565

b) Despesas antecipadas:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Comissões pagas a correspondentes bancários	429.777	385.314	432.637	397.819
Gastos na emissão de títulos no exterior	9.549	21.061	9.749	21.318
Despesas de comercialização da Seguradora	-	-	23.888	19.630
Outras	678	657	2.167	2.386
Total	440.004	407.032	468.441	441.153

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

14) INVESTIMENTOS

a) Controladas:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)			Participação consolidada no capital social	Lucro Líquido/ (Prejuízo) Ajustado	Saldo dos Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2) Semestre findo em	
			ON	PN	Cotas			30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	30/06/2013
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. (1)(3)	141.521	56.262	11	-	-	99,970%	(7.731)	56.245	63.974	(7.729)	(2.325)
PAN Seguros S.A. (1)(3)(4)	71.256	151.458	339.207	106	-	99,999%	25.260	151.456	181.255	25.260	17.226
Panserv Prestadora de Serviços Ltda. (1)(3)	5.061	10.370	-	-	5.061	99,999%	(2.098)	10.370	24.468	(2.098)	7.556
Panamericano Adm. e Corretora de Seguros e Previdência Privada Ltda. (1)(3)	306	9.726	-	-	306	99,999%	3.984	9.726	5.742	3.984	2.583
Ourinvest Real Estate Holding S.A. (1)(3)(5)(6)(7)	867.543	788.602	151.656	31.431	-	100,000%	(9.482)	883.463	897.517	(9.482)	15.070
Total								1.111.260	1.177.956	9.935	40.110

(1) Dados relativos a 30/06/2014;

(2) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados pelas sociedades, a partir de aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(3) Empresas que tiveram suas informações financeiras do semestre findo em 30/06/2014 revisadas pelos mesmos auditores independentes do Banco PAN;

(4) Em 10/02/2014, foi deliberado por AGE o pagamento de dividendos no montante de R\$ 55.000;

(5) O valor contábil inclui ágio na aquisição do investimento no montante de R\$ 94.130, líquido da amortização acumulada (Nota 16a);

(6) Em 15/04/2013 foi aprovada a redução de capital social da Ourinvest Real Estate Holding S.A no montante de R\$ 85.000; e

(7) Em 17/09/2013 foi aprovado o aumento de capital social da Ourinvest Real Estate Holding S.A no montante de R\$ 55.000.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Outros Investimentos:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Câmara Interbancária de Pagamentos	380	380	380	380
Stone Pagamentos S.A.	416	-	416	-
IRB Brasil Resseguros S.A.	-	-	304	304
Incentivos fiscais	-	-	69	69
Obras de Arte	23	23	23	23
Outros	-	-	1	1
Total	819	403	1.193	777

15) IMOBILIZADO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

Banco	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				30/06/2014	31/12/2013
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	36.853	(14.411)	22.442	24.314
Sistemas de segurança e comunicações	10%	2.774	(1.610)	1.164	1.227
Sistemas de processamento de dados	20%	33.290	(21.977)	11.313	12.018
Sistemas de transportes	20%	345	(219)	126	163
Total em 30/06/2014		73.262	(38.217)	35.045	-
Total em 31/12/2013		72.180	(34.458)	-	37.722

Consolidado	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				30/06/2014	31/12/2013
Imóveis de uso	4%	2.530	(373)	2.157	2.198
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	69.280	(21.488)	47.792	48.564
Sistemas de segurança e comunicações	10%	3.736	(2.016)	1.720	1.827
Sistemas de processamento de dados	20%	35.084	(23.400)	11.684	12.546
Sistemas de transportes	20%	345	(219)	126	164
Outras imobilizações	-	173	-	173	132
Total em 30/06/2014		111.148	(47.496)	63.652	-
Total em 31/12/2013		107.826	(42.395)	-	65.431

16) INTANGÍVEL

a) Ágio:

O ágio na aquisição de investimento totalizou a R\$ 116.449 (Consolidado R\$ 250.532), representado por expectativa de rentabilidade futura do investimento, que será amortizado linearmente em 10 anos ou quando de sua realização. Esse ágio está registrado nas demonstrações financeiras individuais em investimento e nas demonstrações financeiras consolidadas no intangível.

No semestre encerrado em 30/06/2014, foram amortizados ágios no montante de R\$ 5.822 no Banco PAN e R\$ 12.526 no consolidado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

Banco	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				30/06/2014	31/12/2013
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	61.889	(29.274)	32.615	27.801
Outros	10%	22	(20)	2	3
Total em 30/06/2014		61.911	(29.294)	32.617	-
Total em 31/12/2013		50.802	(22.998)	-	27.804

Consolidado	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				30/06/2014	31/12/2013
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	65.646	(30.890)	34.756	29.449
Ágio (Nota 16a)	10%	250.532	(48.019)	202.513	215.039
Outros	10%	1.522	(1.478)	44	1.503
Total em 30/06/2014		317.700	(80.387)	237.313	-
Total em 31/12/2013		306.014	(60.023)	-	245.991

c) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

Banco	Gastos com desenvolvimento logiciais	Outros	Total
Saldo em 31/12/2013	27.801	3	27.804
Adições	11.109	-	11.109
Amortização do período	(6.295)	(1)	(6.296)
Saldo em 30/06/2014	32.615	2	32.617

Consolidado	Gastos com desenvolvimento logiciais	Ágio (Nota 16 a)	Outros	Total
Saldo em 31/12/2013	29.449	215.039	1.503	245.991
Adições	11.826	-	-	11.826
Amortização do período	(6.519)	(12.526)	(1.459)	(20.504)
Saldo em 30/06/2014	34.756	202.513	44	237.313

17) DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Depósitos:

Banco	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2014	31/12/2013
• Depósitos à vista (1)	129.659	-	-	-	129.659	178.301
• Depósitos interfinanceiros	6.697.507	1.633.167	62.375	48.690	8.441.739	6.584.041
• Depósitos a prazo (2)	101.521	628.576	612.480	1.620.644	2.963.221	2.892.875
Total em 30/06/2014	6.928.687	2.261.743	674.855	1.669.334	11.534.619	-
Total em 31/12/2013	4.715.547	2.867.347	537.386	1.534.937	-	9.655.217

Consolidado	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2014	31/12/2013
• Depósitos à vista (1)	129.428	-	-	-	129.428	178.058
• Depósitos interfinanceiros	6.697.507	1.633.167	51.944	48.690	8.431.308	6.404.375
• Depósitos a prazo (2)	53.591	561.913	604.464	1.530.569	2.750.537	2.682.872
Total em 30/06/2014	6.880.526	2.195.080	656.408	1.579.259	11.311.273	-
Total em 31/12/2013	4.712.819	2.835.908	230.744	1.485.834	-	9.265.305

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

(1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias. Não considera a média histórica do giro; e

(2) Em Dez/13 o Banco celebrou acordo junto a investidores relativamente a 13 CDBs de emissão da própria instituição, no valor corrigido até 31/12/2013 por suas taxas de emissão de R\$ 500,4 milhões, que eram contestados em juízo, para encerramento do litígio em relação a tais CDBs. Como resultado deste acordo, o Banco apurou ganho contábil imediato de R\$ 84,5 milhões no 4º trimestre de 2013 e, além disso, deixará de ter despesas futuras de juros relativos a tais CDBs de R\$ 285,7 milhões até os seus respectivos vencimentos.

b) Captações no mercado aberto:

Banco	30/06/2014					31/12/2013
	Até 30 dias	90 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Carteira Própria		112.772	183.825	213.701	510.298	428.519
• Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	66.671	133.799	59.750	260.220	158.118
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	46.101	50.026	153.951	250.078	270.401
Carteira de Terceiros	-	-	-	179.484	179.484	664.077
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	179.484	179.484	207.078
• Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	-	-	-	456.999
Total em 30/06/2014	-	112.772	183.825	393.185	689.782	-
Total em 31/12/2013	1.015.084	19.040	760	57.712	-	1.092.596

Consolidado	30/06/2014					31/12/2013
	Até 30 dias	90 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Carteira Própria		112.772	183.825	213.701	510.298	422.920
• Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	66.671	133.799	59.750	260.220	158.118
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	46.101	50.026	153.951	250.078	264.802
Carteira de Terceiros	-	-	-	179.484	179.484	664.077
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	179.484	179.484	207.078
• Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	-	-	-	456.999
Total em 30/06/2014	-	112.772	183.825	393.185	689.782	-
Total em 31/12/2013	1.009.485	19.040	760	57.712	-	1.086.997

c) Recursos de aceites e emissão de títulos:

Banco	30/06/2014					31/12/2013
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Títulos e Valores Mobiliários – país						
• Letras Financeiras – LF	-	2.343	936.019	1.019.398	1.957.760	2.227.844
• Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	128.014	146.163	322.744	250.655	847.576	724.857
• Letras de Crédito Imobiliário – LCI	9.898	69.245	142.451	59.723	281.317	221.994
Subtotal	137.912	217.751	1.401.214	1.329.776	3.086.653	3.174.695
Títulos e Valores Mobiliários – exterior (1)						
• Euro Medium-Term Notes	3.036	14.180	-	635.725	652.941	687.904
Subtotal	3.036	14.180	-	635.725	652.941	687.904
Total em 30/06/2014	140.948	231.931	1.401.214	1.965.501	3.739.594	-
Total em 31/12/2013	91.768	197.050	1.387.877	2.185.904	-	3.862.599

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Consolidado	30/06/2014					31/12/2013
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Títulos e Valores Mobiliários - país						
• Certificado de Recebíveis Imobiliários	379	187	823	9.934	11.323	12.929
• Letras Financeiras – LF	-	2.344	936.018	1.019.399	1.957.760	2.227.844
• Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	128.014	146.162	322.745	250.655	847.576	724.857
• Letras de Crédito Imobiliário – LCI	80.724	192.139	800.569	333.407	1.406.839	1.471.212
Subtotal	209.117	340.832	2.060.154	1.613.395	4.223.498	4.436.842
Títulos e Valores Mobiliários – exterior (1)						
• Euro Medium-Term Notes	17.216	-	-	635.725	652.941	687.904
Subtotal	17.216	-	-	635.725	652.941	687.904
Total em 30/06/2014	226.333	340.832	2.060.154	2.249.120	4.876.439	-
Total em 31/12/2013	173.428	344.723	1.873.680	2.732.915	-	5.124.746

(1) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

Em 22/02/2006, o Banco PAN lançou um programa de captação de recursos no exterior cujo total foi de US\$ 500.000 por meio da emissão de “Euro Medium-Term Notes”, dos quais US\$ 200.000 em 26/10/2009 e US\$ 300.000 em 04/08/2010.

O Banco PAN cumpriu a obrigação de oferecer aos detentores dessas notas a opção de resgatá-las antecipadamente pelo mesmo valor devido nas datas de vencimento originais (valor de face ou valor ao par). Esta opção pôde ser exercida entre os dias 27/06/2011 e 12/07/2011, e teve a adesão com valor total de principal de US\$ 900 para o vencimento em 2012 e US\$ 11.400 na emissão com vencimento em 2015. A liquidação destes resgates antecipados foi efetuada em 27/07/2011.

A seguir, saldo atualizado da tranche nas datas dos balanços:

Tranche US\$ mil	Taxa de juros	Vencimento	Banco PAN e Consolidado	
			30/06/2014 (1)	31/12/2013 (1)
288.638	5,50%a.a.	04/08/2015	652.941	687.904
Total			652.941	687.904

(1) O ajuste de marcação a mercado das captações no exterior foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma despesa de R\$ 6.688 no semestre findo em 30/06/2014 (receita de R\$ 10.539 no semestre findo em 30/06/2013). Essa operação possui hedge de risco de mercado (notas 3e e 7c).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

d) Despesas de depósitos, captações no mercado aberto, recursos de emissão de títulos e dívidas subordinadas:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Depósitos a prazo (1)	204.550	169.135	194.305	155.980
Depósitos interfinanceiros	373.002	161.283	366.489	149.041
Variação cambial	(131.126)	135.725	(131.126)	135.725
Títulos e valores mobiliários no exterior e Dívidas Subordinadas	74.067	69.665	74.067	69.665
Captações no exterior – Dívida Subordinada e TVM no exterior	14.946	(88.608)	14.946	(88.608)
Operações compromissadas	42.073	87.103	42.073	87.103
Letras Financeiras – LF	127.583	60.927	127.583	60.927
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	37.080	15.621	37.080	15.621
Contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos – FGC	4.359	4.398	5.264	4.398
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	12.301	3.530	71.124	45.995
Captação por meio de FIDCs	-	-	59	15.746
Debêntures	-	-	-	1.964
Total	758.835	618.779	801.864	653.557

(1) Em Dez/13 o Banco PAN celebrou acordo junto a investidores relativamente a 13 CDBs de emissão da própria instituição, no valor corrigido até 31/12/2013 por suas taxas de emissão de R\$ 500,4 milhões, que eram contestados em juízo, para encerramento do litígio em relação a tais CDBs. Como resultado deste acordo, o Banco PAN apurou ganho contábil imediato de R\$ 84,5 milhões no 4º trimestre de 2013 e, além disso, deixará de ter despesas futuras de juros relativos a tais CDBs de R\$ 285,7 milhões até os seus respectivos vencimentos.

18) RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – CORRESPONDENTES NO PAÍS

Referem-se a recebimentos de parcelas de contratos cedidos e a bens retomados relativos a contratos cedidos a serem repassados aos cessionários, atualizados pelas taxas pactuadas nos contratos de cessão de crédito.

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, crédito consignado e crédito imobiliário	136.601	138.700	136.601	129.740
Total	136.601	138.700	136.601	129.740

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

19) OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

a) Saldos patrimoniais:

Banco	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2014	31/12/2013
• No Exterior	110.442	-	-	-	110.442	-
Total em 30/06/2014	110.442	-	-	-	110.442	-
Total em 31/12/2013	-	-	-	-	-	-

Consolidado	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2014	31/12/2013
• No País	-	1.639	-	100.000	101.639	101.458
• No Exterior	110.442	-	57.699	54.938	223.079	238.391
Total em 30/06/2014	110.442	1.639	57.699	154.938	324.718	-
Total em 31/12/2013	3.267	2.322	117.130	217.130	-	339.849

b) Resultado de obrigações por empréstimos:

Empréstimos	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
No país	-	-	(8.307)	(11.225)
No exterior	(15.594)	(7.395)	(3.729)	(37.987)
Total	(15.594)	(7.395)	(12.036)	(49.212)

20) DÍVIDAS SUBORDINADAS

Demonstra-se a seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da Operação	Moeda	Remuneração	Banco e Consolidado	
					30/06/2014	31/12/2013
No Exterior (1): 2020	10	US\$ 500.000	US\$	Taxa de 8,50% a.a.	1.180.406	1.243.306
No País: 2018 (2)	06	R\$ 10.000	R\$	100,0% da taxa CDI + 1,35% a.a.	12.197	11.544
2019 (3)	06	R\$ 100.000	R\$	100,0% da taxa IPCA + 5,60% a.a.	113.074	105.777
Total					1.305.677	1.360.627

(1) O ajuste de marcação a mercado das dívidas subordinadas foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma despesa de R\$ 8.259 no semestre findo em 30/06/2014 (receita de R\$ 78.069, no semestre findo em 30/06/2013). Essa operação possui hedge de risco de mercado (notas 3e e 7c);

(2) Letras Financeiras Subordinada, emitidas em 22/05/2012 com vencimento em 22/05/2018; e

(3) Letras Financeiras Subordinada, emitidas em 05/06/2013 com vencimento 05/04/2019.

21) PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS (FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS)

a) Obrigações legais:

O Banco PAN e suas controladas (PAN Seguros e Panamericano Arrendamento Mercantil) vinham questionando judicialmente a exigibilidade das contribuições ao PIS e COFINS na forma da Lei nº 9.718/98 e por força de decisões judiciais intermediárias não vinha efetuando o pagamento desses tributos, mas provisionava esses valores.

Em 28/11/2013, a fim de usufruir dos benefícios instituídos pelo artigo 39, inciso I da Lei 12.865, de 9/10/2013, com alterações da MP 627 de 11/11/2013, posteriormente convertida na Lei nº 12.973 de 13/05/2014. O Banco PAN e a PAN Seguros S/A aderiram ao Programa de Recuperação Fiscal (“REFIS”) referente às contribuições ao PIS e COFINS dos períodos de 2006 e 2012, pagando à vista os débitos, e desistiram da discussão judicial existente. Conseqüentemente, as respectivas provisões existentes nas duas empresas foram baixadas e esses tributos passaram a ser recolhidos normalmente.

Em 30/06/2014 as provisões existentes na empresa Panamericano Arrendamento Mercantil S/A no valor de R\$ 55.523 (R\$ 53.241 em 31/12/2013), permanecem registradas. Em jul/14 a Panamericano Arrendamento Mercantil S/A desistiu da discussão judicial existente a fim de usufruir dos benefícios instituídos pelo artigo 39, inciso I da Lei 12.865, de 9/10/2013, com alterações da Lei nº 12.973 de 13/05/2014.

b) Provisões classificadas como perda provável:

O Banco PAN é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando a obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral e em especial horas extras – em razão da interpretação do artigo 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Esses processos são geridos individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente de acordo com os critérios mencionados anteriormente. Os valores envolvidos são provisionados integralmente quando no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar, referente a ações indenizatórias, protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à restituição de valores.

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

I – Provisões segregadas por natureza:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Processos cíveis	150.702	148.369	169.702	163.105
Processos tributários	3.218	3.160	32.826	21.386
Processos trabalhistas	57.990	42.432	86.426	59.717
Subtotal (1)	211.910	193.961	288.954	244.208
Provisão para riscos fiscais (2)	-	-	55.523	53.241
Total	211.910	193.961	344.477	297.449

(1) Nota 22b; e

(2) Classificados na rubrica “Outras Obrigações – fiscais e previdenciárias” (Nota 22a).

II – Movimentação das provisões:

Banco	30/06/2014					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Subtotal	Fiscais (1)	Total
Saldo em 31/12/2013	42.432	148.369	3.160	193.961	-	193.961
Baixas	(7.726)	(37.095)	-	(44.821)	-	(44.821)
Constituições líquidas de reversões	23.284	39.428	58	62.770	-	62.770
Saldo em 30/06/2014	57.990	150.702	3.218	211.910	-	211.910

Consolidado	30/06/2014					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Subtotal	Fiscais (1)	Total
Saldo em 31/12/2013	59.717	163.105	21.386	244.208	53.241	297.449
Baixas	(8.426)	(39.993)	-	(48.419)	-	(48.419)
Constituições líquidas de reversões	35.135	46.590	11.440	93.165	2.282	95.447
Saldo em 30/06/2014	86.426	169.702	32.826	288.954	55.523	344.477

(1) Nota 21a

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

III – Passivos contingentes classificados como perda possível

No 4º trimestre de 2011 a PAN Seguros S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social e imposto de renda retido na fonte relativos ao ano base de 2007, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 15.819.

No 3º trimestre de 2012, o Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil, por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 19.166.

No 4º trimestre de 2012, foram lavrados três autos de infração da Receita Federal do Brasil contra o Banco PAN S.A., por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 170.475.

No 4º trimestre de 2013, o Panamericano Arrendamento Mercantil S.A recebeu autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visam exigir ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2008 a 2012, cujo montante de principal e multa totalizou R\$ 43.656.

A Administração, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificou como possível a probabilidade de perda desses processos.

22) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Provisão para riscos fiscais (Nota 21a)	-	-	55.523	53.241
Parcelamento Refis – Lei nº 11.941/09 (1)	31.497	33.021	33.191	34.872
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	2.333	-	45.882	65.887
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 34e)	-	-	122.354	145.271
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	6.260	7.031	6.763	7.596
Impostos e contribuições sobre salários	355	1.217	1.895	4.431
ISS a recolher	1.259	1.532	2.326	2.978
COFINS a recolher	6.873	13.762	9.705	17.136
Impostos retidos na fonte sobre títulos de renda fixa	254	2.775	254	2.775
PIS a recolher	1.117	2.236	1.654	2.878
Outros	-	-	73	358
Total	49.948	61.574	279.620	337.423

(1) O Banco PAN e suas empresas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos de natureza tributária. Considerando os termos e as vantagens oferecidos pelo programa de anistia fiscal editado pelo Governo Federal, por meio da Lei nº 11.941/09, a administração do Banco PAN reavaliou juntamente com seus assessores jurídicos a conveniência de aderir ao referido programa. Como consequência, optou-se pela desistência de diversos processos movidos pelo Banco PAN e controladas, assumindo débitos fiscais como suas obrigações tributárias e a consequente obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no parcelamento. Os principais processos que fazem parte do programa de anistia são: (i) Contribuição Previdenciária parte empresa, sobre pagamentos à pessoa física; (ii) Exclusão indevida de Provisão para Devedores Duvidosos da base de cálculo de IRPJ/CSLL; (iii) IRPJ decorrente de adesão irregular ao Incentivo Fiscal – FINOR; e (iv) Aproveitamento indevido de prejuízo fiscal na base de cálculo IRPJ/CSLL.

Os débitos foram consolidados junto à Receita Federal do Brasil e, após apropriação das antecipações efetuadas, apresenta a seguinte composição:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Débitos previdenciários	28.868	30.265	28.868	30.265
Demais débitos	2.629	2.756	4.323	4.607
Total	31.497	33.021	33.191	34.872

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Diversas:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Valores a pagar a estabelecimento referente a compras com cartões de crédito	530.352	554.055	530.352	554.055
Provisão para passivos contingentes (Nota 21b)	211.910	193.961	288.954	244.208
Arrecadação de cobrança	107.663	95.261	107.885	95.422
Provisão para créditos cedidos de liquidação duvidosa (Nota 8d)	52.909	132.982	52.909	132.982
Provisão para pagamentos a efetuar	89.103	102.010	118.786	144.548
Valores a pagar a sociedades ligadas	16.788	18.605	8.811	11.958
Valores a pagar a lojistas	7.471	2.080	7.479	2.088
Captação de recursos FIDCs	-	-	-	2.658
Depósitos de terceiros	-	-	939	1.797
Valores específicos de consórcio	-	-	12.030	15.815
Outros	66.878	65.908	75.471	78.383
Total	1.083.074	1.164.862	1.203.616	1.283.914

23) PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS E RESSEGUROS

As provisões técnicas – seguros e resseguros apresentam a seguinte composição:

a) Provisões de prêmios não ganhos:

Consolidado	30/06/2014	31/12/2013
Prestamistas	112.526	108.794
Desemprego/perda de renda	7.289	10.500
Acidentes pessoais coletivos	2.269	2.761
Rendas de eventos aleatórios	188	405
Seguro Habitacional - Prestamista	37	39
Vida em grupo	5	49
Seguro Habitacional – Demais coberturas	1	1
Total	122.315	122.549

b) Sinistros a liquidar:

Consolidado	30/06/2014	31/12/2013
Prestamistas	3.810	2.408
Acidentes pessoais coletivos	2.978	2.076
Vida em grupo	2.225	1.393
Rendas de eventos aleatórios	806	813
Desemprego/perda de renda	471	740
Seguro Habitacional – Prestamista	112	125
Seguro Habitacional – Demais Coberturas	-	-
Outros	18	16
Subtotal (1)	10.420	7.571
DPVAT	21.823	21.436
Total	32.243	29.007

(1) Do montante de R\$ 10.420 (R\$ 7.737 em 30/06/2013), o valor de R\$ 5.974 (R\$ 3.729 em 31/12/2013) refere-se a processos de sinistros em demanda judicial em diversos estágios processuais, com a seguinte classificação de risco:

Risco	30/06/2014		31/12/2013	
	Quantidade de processos	Valor Provisionado	Quantidade de processos	Valor Provisionado
Perda provável	254	5.974	339	3.729
Total	254	5.974	339	3.729

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados:

Consolidado	30/06/2014	31/12/2013
DPVAT	30.580	17.643
Prestamistas	6.349	7.579
Vida em grupo	1.229	1.495
Acidentes pessoais coletivos	1.542	1.445
Desemprego/perda de renda	1.003	1.123
Rendas de eventos aleatórios	620	688
Seguro Habitacional – Prestamista	250	115
Seguro Habitacional – Demais Coberturas	85	46
Resseguros	72	38
Total	41.730	30.172

d) Provisão de Despesa Relacionada (1):

Consolidado	30/06/2014	31/12/2013
Vida em grupo	279	349
Acidentes pessoais coletivos	118	154
Rendas de eventos aleatórios	126	126
Prestamista	88	121
Desemprego/Perda de renda	18	17
Total	629	767

(1) Conforme a Resolução CNSP nº 281 de jan/2013, a PAN Seguros deverá constituir, quando necessário a Provisão de Despesa Relacionada (PDR) para a cobertura de despesas relacionadas a sinistros, como o pagamento de indenização ou benefícios.

e) Outras provisões:

Consolidado	30/06/2014	31/12/2013
DPVAT	640	175
Outras Provisões Técnicas de Previdência Complementar	204	267
Total	844	442

Total das provisões técnicas – seguros e resseguros	197.761	182.937
--	----------------	----------------

f) Resultado com operações de seguros

I - Receita de prêmios de seguros ganhos por ramo:

Ramos (1)	30/06/2014	30/06/2013
Danos pessoais (DPVAT)	27.344	22.653
Acidentes pessoais coletivos	4.353	3.924
Desemprego/perda de renda	3.383	3.950
Prestamista	55.088	28.978
Renda de eventos aleatórios	405	442
Vida em grupo	72	(256)
Seguro Habitacional - Prestamista	1.422	459
Seguro Habitacional – Demais coberturas	365	167
Microseguro	15	-
Total	92.447	60.317

(1) Resultado líquido da variação das provisões técnicas de prêmios.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

II - Sinistros ocorridos por ramo

Ramo	30/06/2014	30/06/2013
DPVAT	24.104	19.930
Rendas de eventos aleatórios	88	671
Desemprego/perda de renda	(74)	744
Acidentes pessoais coletivos	(107)	154
Resseguros	38	12
Vida em grupo	(459)	(71)
Prestamista	4.190	3.189
Seguro Habitacional – Prestamista	315	349
Seguro Habitacional – Demais coberturas	52	21
Assistência	280	105
Total	28.427	25.104

24) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 30/06/2014 e 31/12/2013 é de R\$ 2.867.020, e está dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	30/06/2014	31/12/2013
Ordinárias	292.463.400	292.463.400
Preferenciais	242.612.675	242.612.675
Total	535.076.075	535.076.075

Em 13/06/2014, o Conselho de Administração do Pan aprovou aumentos do capital social da Companhia, visando o crescimento das atividades da Companhia de acordo com o novo plano de negócios que está sendo implementado pela atual diretoria e melhorar a estrutura de capital da Companhia. Tal aumento ocorrerá em 2 (duas) etapas que estão descritas na nota 35j.

b) Reservas de lucros:

Reserva legal – Nos termos do estatuto social, o Banco PAN deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco PAN. Ademais, o Banco PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Nos termos do estatuto social, o saldo remanescente de lucros acumulados deve ser destinado a reserva para integridade do Patrimônio Líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido do Banco PAN, podendo ser convertida em capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido, não podendo ultrapassar o valor do capital social do Banco PAN.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio:

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo sobre o lucro líquido anual, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei nº 11.638/07. Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18/01/2012, o percentual vigente é de 35%.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

25) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Operações de crédito	87.433	91.493	87.433	91.493
Rendas de cartões	70.982	67.826	70.982	67.826
Rendas de serviços de cobrança	434	158	434	158
Administração de consórcios	-	-	4.439	9.282
Rendas de estruturação de operações / fundos	-	-	885	10.812
Rendas de comissão / intermediação	-	852	5.307	1.992
Outras	6.267	4.273	6.449	5.647
Total	165.116	164.602	175.929	187.210

26) DESPESAS DE PESSOAL

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Proventos	68.550	56.099	131.117	124.158
Encargos Sociais	16.363	12.493	39.101	34.082
Honorários	9.394	9.512	8.200	16.866
Benefícios	5.550	7.324	28.652	26.131
Outros	1.660	898	2.917	1.073
Total	101.517	86.326	209.987	202.310

27) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Comissões pagas a correspondentes bancários (1)	386.582	377.691	311.200	308.075
Serviços de terceiros	65.590	61.125	90.447	86.569
Processamento de dados	39.049	24.728	41.022	26.309
Serviços do sistema financeiro	39.633	32.417	40.995	43.216
Comunicações	19.924	19.108	21.766	23.176
Taxas e emolumentos	12.897	15.884	13.176	16.442
Propaganda, promoções e publicidade	8.097	15.862	12.464	20.752
Aluguéis	16.283	13.074	24.437	23.415
Transporte	3.007	3.083	3.595	4.588
Depreciação e amortização	10.261	7.285	14.698	9.491
Viagens	2.309	2.014	3.500	3.701
Manutenção e conservação de bens	2.939	3.648	5.334	5.732
Despesas com busca e apreensão de bens	4.268	11.894	4.272	12.000
Materiais de consumo	283	357	427	484
Administração de fundos	-	-	87	1.373
Outras	18.360	31.093	22.360	37.028
Total	629.482	619.263	609.780	622.351

(1) Inclui a amortização de despesas incorridas na aquisição da carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S.A. no montante de R\$ 5.544 mil (nota 1).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

28) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Contribuição à Cofins	42.813	51.220	61.815	70.383
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	7.808	7.445	15.341	17.472
Contribuição ao PIS	6.957	8.331	10.586	11.997
Impostos e taxas	1.209	4.403	4.475	5.568
Total	58.787	71.399	92.217	105.420

29) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Amortização do deságio – BCS (1)	8.660	3.332	8.660	3.332
Recuperação de encargos e despesas	4.757	4.663	5.388	9.494
Atualização monetária de cessões de crédito a receber	1.238	3.008	1.238	3.008
Taxa de Registro de Cartórios – CDC (2)	58	15.798	58	15.798
Reversão de provisões	-	64.974	652	70.217
Benefício residual em operações securitizadas	-	-	3.447	-
Outras	25.996	22.296	32.822	36.031
Total	40.709	114.071	52.265	137.880

(1) Refere-se a amortização parcial do deságio apurado na aquisição de carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S.A. (Nota 1).

(2) A partir de abril de 2013, os valores recebidos de clientes pelo registro de contratos (CDC) em cartórios estão sendo contabilizados em outras obrigações, face representar uma obrigação para o banco.

b) Outras despesas operacionais:

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Cessão de operações de crédito	182.170	159.785	169.605	108.549
Constituição de provisões	62.772	106.317	84.609	116.159
Prejuízo com op. de crédito/financiamento e fraudes	20.873	13.693	20.888	13.730
Outras despesas financeiras	97.097	48.271	105.564	51.490
Impairment de ativos	-	16.593	-	18.349
Descontos concedidos	14.987	13.242	16.423	15.864
Amortização de ágio	5.822	5.822	12.526	12.526
Administração de Apólice de Seguros	-	-	148	-
Gravames	9.745	9.966	9.752	9.979
Outras	19.214	8.649	29.329	22.500
Total	412.680	382.338	448.844	369.146

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

30) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Resultado na alienação de outros valores e bens	(43.025)	(24.806)	(44.146)	(24.222)
Reversão/desvalorização de outros valores e bens	14.743	(7.120)	15.566	(6.682)
Resultado na alienação de imobilizado	2	22	2	22
Outros	39	-	273	-
Total	(28.241)	(31.904)	(28.305)	(30.882)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

31) SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Banco			
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	30/06/2013
	Ativo	Ativo	Receitas	Receitas
	(passivo)	(passivo)	(despesas)	(despesas)
Aplicação interfinanceira de liquidez (a)				
Banco BTG Pactual S.A.	-	49.999	2.360	3.668
Caixa Econômica Federal	428.000	-	1.163	930
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	34.783	71.794	2.523	6.280
Total	462.783	121.793	6.046	10.878
Títulos e valores mobiliários (b)				
Caixa CDC FIDC	-	33.904	-	6.449
Caixa Master CDC FIDC	-	203.304	-	(9.770)
FIDC F BP Financeiro	-	-	-	8.327
Banco BTG Pactual S.A.	-	86.563	-	(2.299)
Brazilian Securities Companhia de Securitização	-	-	-	-
Total	-	323.771	-	2.707
Cessão de crédito (c)				
Caixa Econômica Federal	308.867	189.985	-	-
Total	308.867	189.985	-	-
Outros créditos (d)				
Caixa Econômica Federal	14.204	-	-	-
PAN Seguros S.A. – JCP	-	7.233	-	-
PAN Seguros S.A.	68	64	-	-
Panamericana Adm. e Corretagem de Seg.de Prev.Privada Ltda.	10	9	-	-
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	6.481	3.211	-	-
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	24	19	-	-
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	-	18	-	-
Panserv Prestadora de Serviços Ltda	21	18	-	-
Panserv Prestadora de Serviços Ltda - Dividendos	17.000	-	-	-
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda	19	18	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	2.181	810	-	-
Total	40.008	11.400	-	-
Depósitos à vista (e)				
PAN Seguros S.A.	(11)	(10)	-	-
Panamericano Adm. e Corretagem de Seg.de Prev.Privada Ltda.	(7)	(6)	-	-
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	(5)	(5)	-	-
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	(188)	(195)	-	-
Panserv Prestadora de Serviços Ltda	(11)	(13)	-	-
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda	(2)	(3)	-	-
Ourinvest Real Estate Holding	(2)	(4)	-	-
Brazilian Finance Real Estate	(3)	(3)	-	-
Brazilian Mortgages Cia Hipotecária	(1)	(2)	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	(1)	(1)	-	-
Pessoal chave da administração	-	(2)	-	-
Total	(231)	(244)	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Depósitos interfinanceiros (f)				
Banco BTG Pactual S.A.	(2.786.458)	(1.308.963)	(100.824)	(46.200)
Caixa Econômica Federal	(5.474.370)	(4.977.657)	(258.058)	(98.337)
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	(10.431)	(179.666)	(6.513)	(12.242)
Total	(8.271.259)	(6.466.286)	(365.395)	(156.779)
Depósitos a prazo (g)				
Panamericano Adm. e Corretagem de Seg.de Prev.Privada Ltda.	(7.313)	(2.066)	(278)	(139)
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	(19.805)	(23.401)	(1.019)	(971)
Panserv Prestadora de Serviços Ltda	(18.172)	(23.631)	(910)	(626)
Brazilian Securities Companhia de Securitização	(13.790)	(15.236)	(717)	(3.919)
Brazilian Finance Real Estate	(3.368)	(3.939)	(175)	(1.031)
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda	(140.740)	(132.547)	(6.692)	(5.063)
Ourinvest Real Estate Holding	(9.495)	(9.184)	(453)	(1.386)
Total	(212.683)	(210.004)	(10.244)	(13.135)
Obrigações por operações compromissadas (h)				
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	(1.281)	(1.400)
Caixa Econômica Federal	-	-	-	(368)
Caixa CDC FIDC	-	(1.549)	-	(222)
Caixa Master CDC FIDC	-	(4.049)	-	(419)
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda	-	-	-	-
Total	-	(5.598)	(1.281)	(2.409)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (i)				
Banco BTG Pactual S.A	(385.958)	(328.931)	(19.783)	-
Caixa Econômica Federal	(10.337)	-	(337)	-
Pessoal chave da administração	(25.186)	(22.749)	(1.140)	(283)
Total	(421.481)	(351.680)	(21.260)	(283)
Instrumentos Financeiros Derivativos (j)				
Brazilian Securities Companhia de Securitização	(7.508)	(10.795)	687	6.977
Banco BTG Pactual S.A	64.086	-	156.120	-
Total	56.578	(10.795)	156.807	6.977
Outras Obrigações (k)				
PAN Seguros S.A.	(90)	-	-	-
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	(241)	(219)	-	-
Panserv Prestadora de Serviços Ltda	(5.213)	(5.918)	-	-
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	(2.706)	(1.091)	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	-	(23)	-	-
Total	(8.250)	(7.251)	-	-
Receita de prestação de serviços (l)				
PAN Seguros S/A	-	-	2.532	1.643
Panserv Prestadora de Serviços Ltda	-	-	(91.807)	-
Total	-	-	(89.275)	1.643
Despesa de pessoal (m)				
PAN Seguros S.A.	-	-	(48)	(181)
Total	-	-	(48)	(181)
Outras despesas administrativas (n)				
Panserv Prestadora de Serviços Ltda	-	-	(14.332)	(99.714)
PAN Seguros S.A.	-	-	(833)	(302)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Caixa Participações S.A	-	-	-	-
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	(550)	(669)
BTG Pactual Corretora	-	-	(44)	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	-	-	-	(1.025)
Caixa Seguradora S.A.	-	-	-	-
Tecban S.A	-	-	(428)	(293)
Caixa Econômica Federal	-	-	-	(40)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	(174)	(351)
Ourinvest Real Estate Holding	-	-	(230)	-
Total	-	-	(16.591)	(102.394)
Resultado obtido na cessão de crédito (o)				
Caixa Econômica Federal	-	-	368.417	547.706
Total	-	-	368.417	547.706

- (a) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;
- (b) Referem-se a aplicações em cotas subordinadas no caso dos FIDCs, aplicações em cotas de fundos de investimento da PAN Seguros com a Caixa Econômica Federal e BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, e derivativos no caso do Banco BTG Pactual S.A.;
- (c) Refere-se à cessão de crédito a receber sem coobrigação;
- (d) Referem-se a valores de cobrança a receber arrecadados a serem repassados, juros sobre capital próprio e carteira de câmbio;
- (e) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;
- (f) Refere-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;
- (g) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco PAN;
- (h) Referem-se a operações compromissadas com ligadas;
- (i) Refere-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 97% do CDI;
- (j) Referem-se a operações de Swap;
- (k) Referem-se a valores de cobrança e prêmios de seguros a repassar arrecadados por meio de empresas ligadas, serviços prestados, liquidação de parcelas antecipadas de cessão de crédito a serem repassadas e câmbio vendido a liquidar;
- (l) Referem-se comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros;
- (m) Refere-se a parcela de despesa com seguro de vida em grupo que o Banco PAN paga a seus colaboradores;
- (n) Referem-se a outras despesas administrativas de serviços prestados por empresas ligadas;
- (o) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

	Consolidado			
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	30/06/2013
	Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades (a)				
Banco BTG Pactual S.A.	-	5	-	-
Total	-	5	-	-
Aplicação interfinanceira de liquidez (b)				
Banco BTG Pactual S.A.	-	49.999	2.360	3.668
Caixa Econômica Federal	428.000	-	1.163	930
Total	428.000	49.999	3.523	4.598
Títulos e valores mobiliários (c)				
Banco BTG Pactual S.A.	-	86.563	-	(2.299)
Total	-	86.563	-	(2.299)
Cessão de crédito (d)				
Caixa Econômica Federal	308.867	189.985	-	-
Total	308.867	189.985	-	-
Outros créditos (e)				
Caixa Econômica Federal	14.204	-	-	-
BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	-	58	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Total	14.204	58	-	-
Depósitos interfinanceiros (f)				
Banco BTG Pactual S.A.	(2.786.458)	(1.308.963)	(100.824)	(46.200)
Caixa Econômica Federal	(5.474.370)	(4.977.657)	(258.058)	(98.337)
Total	(8.260.828)	(6.286.620)	(358.882)	(144.537)
Obrigações por operações compromissadas (g)				
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	(1.281)	(1.400)
Caixa Econômica Federal	-	-	-	(368)
Total	-	-	(1.281)	(1.768)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (h)				
Banco BTG Pactual S.A.	(385.958)	(353.819)	(19.783)	-
Caixa Econômica Federal	(10.337)	-	(337)	-
Pessoal chave da administração	(25.186)	(22.749)	(1.140)	(283)
Total	(421.481)	(376.568)	(21.260)	(283)
Instrumentos Financeiros Derivativos (i)				
Banco BTG Pactual S.A.	64.086	-	156.120	-
Total	64.086	-	156.120	-
Outras Obrigações (j)				
Caixa Econômica Federal	-	(70)	-	-
Total	-	(70)	-	-
Outras despesas administrativas (k)				
Caixa Econômica Federal	-	-	-	(40)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	(550)	(669)
BTG Pactual Corretora	-	(23)	(44)	-
Tecban S.A.	-	-	(428)	(293)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	(174)	(351)
Total	-	(23)	(1.196)	(1.353)
Resultado obtido na cessão de crédito (l)				
Caixa Econômica Federal	-	-	391.507	547.706
Total	-	-	391.507	547.706

(a) Refere-se a conta corrente da Ourinvest Real Estate Holding;

(b) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;

(c) Referem-se a aplicações de cotas de fundos de investimento da PAN Seguros com a Caixa Econômica Federal e BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, e derivativos no caso do Banco BTG Pactual S.A.;

(d) Refere-se à cessão de crédito a receber sem cobrança;

(e) Referem-se a valores de cobrança a receber arrecadados a serem repassados e carteira de câmbio;

(f) Refere-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;

(g) Referem-se a operações compromissadas com ligadas;

(h) Refere-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 97% do CDI;

(i) Referem-se a operações de Swap;

(j) Referem-se a liquidação de parcelas antecipadas de cessão de crédito e câmbio vendido a liquidar;

(k) Referem-se a outras despesas administrativas de serviços prestados por empresas ligadas;

(l) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

b) Remuneração dos Administradores:

No Banco PAN, foi definido em Assembleia Geral Ordinária de 30/04/2014, o valor máximo de remuneração dos administradores para o ano de 2014 no montante de R\$ 29.445 (R\$ 29.500 em 30/06/2013) (despesas de honorários).

Benefícios de curto prazo a administradores (1)

	Banco		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Despesas de honorários	5.550	9.512	8.200	16.866
Contribuição ao INSS	1.249	1.141	1.845	2.612
Total	6.799	10.653	10.045	19.478

(1) Registrado na rubrica de "Despesas de pessoal".

O Banco PAN não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seus administradores.

• Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamento para:

- I. Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- II. Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- III. Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS**• Gestão de Riscos**

O Banco PAN possui exposição em ativos e passivos envolvendo instrumentos financeiros derivativos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração do Banco PAN é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é da Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

• Gestão do Capital

O Banco PAN considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da Instituição e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo órgão regulador.

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco PAN é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos, e abrange todas as empresas do Conglomerado Financeiro do grupo.

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de (i) monitoramento e controle do capital; (ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos da Instituição; e (iii) planejamento de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

metas e necessidade de capital. É realizado de acordo com os objetivos estratégicos do Banco PAN, as oportunidades de negócios e o ambiente regulatório.

O Banco PAN realiza sua gestão de capital de forma prospectiva e tempestiva, alinhado às melhores práticas e aderentes às recomendações emitidas pelo Comitê de Basileia, através de políticas e estratégias que antecipam a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições de mercado e que são avaliadas periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA

Ao longo de 2013, o Banco Central divulgou um conjunto de Resoluções e Circulares que passaram a valer a partir de outubro de 2013, com recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS) ao sistema bancário mundial no que tange os requerimentos de capital exigido. Dentre as medidas prudenciais emitidas neste pacote de normas, conhecido como Basileia III, destacam-se aquelas referentes à apuração do Patrimônio de Referência (PR), através dos ajustes prudenciais, e aos requerimentos mínimos de capital, que tiveram novas alterações.

O Pan atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a Circular BACEN nº 3.644/13 para o risco de crédito, as Circulares BACEN nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a Circular BACEN nº 3.640/13 para o risco operacional.

O quadro a seguir apresenta os indicadores de capital, incluindo o Patrimônio de Referência (PR) e os novos índices de capital que devem ser observados. Ressalta-se que, de Out/13 a Dez/14, o capital será calculado com base somente no Conglomerado Financeiro e, a partir de Jan/15, com base no Conglomerado Prudencial. Portanto, não serão mais apurados e apresentados os valores de capital referentes ao Consolidado Econômico-Financeiro (CONEF).

Demonstra-se a seguir o cálculo dos Indicadores de Capital do Conglomerado Financeiro.

Base de Cálculo – Índice de Basileia	30/06/2014	31/12/2013
Patrimônio de referência nível I	1.157.389	1.497.333
Capital Principal	1.157.389	1.497.333
Patrimônio de referência nível II	1.046.163	1.075.166
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	2.203.552	2.572.499
Patrimônio de referência	2.203.552	2.572.499
- Risco de crédito	17.368.886	17.104.402
- Risco de mercado	171.738	516.241
- Risco operacional	1.623.068	1.525.266
Ativo ponderado pelo risco – RWA	19.163.692	19.145.909
Índice de Basileia	11,50%	13,44%
Capital nível I	6,04%	7,82%
Capital principal	6,04%	7,82%

- **Risco de Crédito**

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela instituição.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

• Risco de Mercado

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas do Consolidado. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial e seu respectivo *spot*, taxa de juros vinculada aos índices de preço (INPC, INCC, IPCA e IGPM), além de outras taxas de juros (TR), à variação cambial (US\$) e variações dos preços de ações.

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem; e **Carteira *Banking*:** todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da Organização e seus eventuais *hedges*.

Análise de Sensibilidade em 30/06/2014

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading e Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	CENÁRIOS (*)		
		(1) Provável	(2) Possível	(3) Remoto
Taxas de Juros	Taxas de Juros Prefixadas	(1.630)	(475.637)	(970.914)
Cupom Outras Taxas de Juros	Taxas de Cupom de Taxas de Juros	(132)	(30.438)	(56.125)
Cupom de Índice de Preços	Taxas de Cupom de Índice de Preços	(424)	(58.567)	(110.025)
Renda Variável	Preço de Ações	(249)	(6.217)	(12.434)
Moeda Estrangeira	Taxas de Câmbio	(1.140)	(28.507)	(57.014)
Cupom Cambial	Taxas de Cupom Cambial	(14)	(166)	(359)
Total em 30/06/2014		(3.589)	(599.532)	(1.206.871)
Total em 31/12/2013		(3.689)	(688.962)	(1.358.037)
Total em 30/06/2013		(2.657)	(573.178)	(1.192.160)

(*) Valores brutos de impostos.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de junho de 2014, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 10,01% a.a. ou 9,99% a.a. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 12,50% a.a. ou 7,50% a.a. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 10% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 15,00% a.a. ou 5,00% a.a. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de stress, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

probabilidade de ocorrência, e também, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.

EXPOSIÇÃO CAMBIAL

A seguir, são apresentados os ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras em 30/06/2014 e 31/12/2013.

Ativos – Dólar	30/06/2014	31/12/2013
Operações de crédito (ACC/CCE)	696.887	688.113
Outros Recebíveis	24.441	24.912
Total Ativos	721.328	713.025

Passivos – Dólar	30/06/2014	31/12/2013
Dívida subordinada	1.180.406	1.243.306
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	652.941	687.904
Obrigações por empréstimos no exterior	223.079	238.391
Total Passivos	2.056.426	2.169.601

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Em 30/06/2014 e 31/12/2013, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Valor de Referência		Valor de Mercado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Ativos - Dólar				
Swap	1.622.112	1.936.677	2.367.148	2.770.656
DDI	158.581	35.691	492	234
DOL	-	66.586	-	-
Total	1.780.693	2.038.954	2.367.640	2.770.890
Passivos - Dólar				
Swap	18.834	235.504	12.289	257.106
DDI	571.369	573.250	(3.113)	(3.801)
DOL	135.104	66.586	(131)	(160)
NDF	-	5.318	-	5.394
Total	725.307	880.658	9.045	258.539

- **Risco de Liquidez**

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

O Banco PAN mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resoluções nº 2.804/00 e 4.090/12). Os resultados das análises dos gaps de Liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

• Risco Operacional

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

De forma a atender aos princípios da Resolução CMN nº 2.554/98 e o Inciso III do art. 9º da Resolução CMN nº 3.380/06, o Conglomerado possui estrutura organizacional independente e responsável pelo gerenciamento e controle dos riscos operacionais. A área de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional é responsável também pelas atividades de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e de Continuidade dos Negócios.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.477/09, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/ri Relatório de Gerenciamento de Riscos.

Valor de Mercado

O valor contábil líquido dos principais instrumentos financeiros está apresentado a seguir:

Item	Consolidado					
	30/06/2014			31/12/2013		
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	1.614.553	1.609.323	(5.230)	1.522.621	1.500.105	(22.516)
- Ajuste de títulos para negociação	152.527	152.527	-	133.569	133.569	-
- Ajuste de títulos disponíveis para venda	974.712	974.712	-	931.449	931.449	-
- Ajuste de títulos mantidos até o vencimento	487.314	482.084	(5.230)	457.603	435.087	(22.516)
Operações de Crédito e de arrendamento mercantil	15.836.656	16.440.132	603.476	15.158.260	15.736.932	578.672
Depósitos a prazo	2.750.537	2.936.938	(186.401)	2.682.872	3.168.668	(485.796)
Depósitos Interfinanceiros	8.431.308	8.255.050	176.258	6.404.375	6.359.914	44.461
Recursos de emissão de títulos	4.876.439	4.441.961	434.478	5.124.746	4.868.544	256.202
Obrigações por empréstimos	324.718	336.731	(12.013)	339.849	239.141	100.708
Dívidas Subordinadas	1.305.677	1.674.860	(369.183)	1.360.627	1.751.470	(390.843)
Lucro não realizado sem efeitos fiscais			641.385			80.888

Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

- Títulos e Valores Mobiliários, Dívidas Subordinadas, Instrumentos Financeiros Derivativos, tem seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado na data do balanço. Na inexistência de cotações a mercado o seu valor será determinado por marcação a modelo ou por instrumentos equivalentes;

- Para operações de crédito ou de arrendamento mercantil seu valor a mercado é determinado descontando-se o fluxo futuro pelas taxas praticadas a mercado em operações equivalentes na data do balanço;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- Depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses tem seu valor de mercado calculado aplicando-se sobre o estoque vigente as taxas praticadas para instrumentos equivalentes na data deste balanço.

33) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em 04/12/2013 o Banco PAN iniciou processo junto a SUSEP para a retirada de patrocínio do Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos (nos termos da Resolução CNPC 11/2013), que será submetido à aprovação da PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar). Somente após verificar a conformidade das condições e dos cálculos apresentados no processo, é que a PREVIC concederá sua aprovação. Até lá, o plano terá funcionamento normal com contribuições mensais. No semestre findo em 30/06/2014, o montante dessa contribuição foi de R\$ 283 no Banco PAN e R\$ 295 no Consolidado (R\$ 306 no Banco PAN e R\$ 338 no Consolidado no semestre findo em 30/06/2013).

Essa medida foi definida devido ao fato do Banco não fazer mais parte do mesmo grupo econômico das empresas que compõem o Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos, e também por não fazer de política/plano de benefícios adotado pela instituição.

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. O montante dessas despesas totalizou no semestre findo em 30/06/2014 a R\$ 9.980 no Banco PAN e R\$ 29.425 no Consolidado.

34) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	Banco	
	30/06/2014	30/06/2013
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(262.112)	(73.017)
Alíquota efetiva (1)	40%	40%
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes (2)	104.845	29.207
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participação em controladas	3.974	16.044
Ativação de crédito tributários períodos anteriores	-	(3.874)
Outros valores	1.113	12.551
Receita de Imposto de renda e contribuição social do período	109.932	53.928

	Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(248.710)	65.099
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes (2)	-	-
Efeito no cálculo dos tributos:	96.603	(23.803)
Crédito tributário de períodos anteriores não constituídos (3)	(3)	676
Ativação de crédito tributários períodos anteriores	-	(3.322)
Outros valores	3.121	13.102
Receita/Despesa de Imposto de renda e contribuição social do período	99.721	(13.347)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- (1) No consolidado a alíquota efetiva não é demonstrada em virtude de alíquota diferenciada entre as empresas do segmento financeiro e de Seguros e as empresas dos demais segmentos; e
 (2) A alíquota da contribuição social para as empresas dos segmentos financeiros e de seguros foi elevada para 15%, de acordo com a Lei nº 11.727/08, permanecendo em 9% para as demais empresas (nota 3n).

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Banco			
	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	976.394	180.683	(42.212)	1.114.865
Provisão para contingências cíveis	59.348	16.438	(15.505)	60.281
Provisão para contingências trabalhistas	16.972	9.315	(3.091)	23.196
Provisão para contingências tributárias	1.263	27	(3)	1.287
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	19.610	18.950	(23.158)	15.402
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	20.457	-	(16.703)	3.754
Provisão para gratificação de funcionários/PLR	13.226	8.520	(13.655)	8.091
Outras provisões	72.364	7.917	(14.114)	66.167
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.179.634	241.850	(128.441)	1.293.043
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.287.348	-	(1.022)	1.286.326
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	2.466.982	241.850	(129.463)	2.579.369

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.033.962	192.141	(57.823)	1.168.280
Provisão para contingências cíveis	65.325	19.412	(16.816)	67.921
Provisão para contingências fiscais (Pis e Cofins)	21.161	361	-	21.522
Provisão para contingências trabalhistas	23.016	13.605	(3.446)	33.175
Provisão para contingências tributárias	8.500	4.560	(3)	13.057
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	20.999	19.407	(23.556)	16.850
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	31.205	4.040	(20.768)	14.477
Provisão para Gratificação de funcionários/PLR	14.639	9.480	(15.477)	8.642
Outras provisões	91.751	20.240	(24.959)	87.032
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.310.558	283.246	(162.848)	1.430.956
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.497.901	2.921	(7.789)	1.493.033
Lucros não realizados e demais ajustes de consolidação dos créditos cedidos aos FIDCs	2.129	-	(2.129)	-
Total dos créditos tributários	2.810.588	286.167	(172.766)	2.923.989
Obrigações fiscais diferidas (Nota 34e)	(145.271)	-	22.917	(122.354)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	2.665.317	286.167	(149.849)	2.801.635

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base em revisão do estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 30/06/2014, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 04/08/2014.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrarem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.

Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos:

	Banco					
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
2014	326.998	458.928	8.371	-	335.369	458.928
2015	445.642	377.683	14.208	29.294	459.850	406.977
2016	211.730	99.867	38.666	13.279	250.396	113.146
2017	107.808	99.227	100.040	97.158	207.848	196.385
2018	143.346	134.546	119.598	116.892	262.944	251.438
2019	54.240	1.123	178.444	172.636	232.684	173.759
2020	3.279	8.260	220.819	201.566	224.098	209.826
2021	-	-	266.431	237.629	266.431	237.629
2022	-	-	290.318	253.275	290.318	253.275
2023	-	-	49.431	165.619	49.431	165.619
Total	1.293.043	1.179.634	1.286.326	1.287.348	2.579.369	2.466.982

	Consolidado							
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Lucros não realizados e demais ajustes de consolidação dos créditos cedidos aos FIDCs		Total	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
2014	373.861	495.672	11.638	5.087	-	670	385.499	501.429
2015	471.789	427.518	28.428	35.266	-	493	500.217	463.277
2016	227.126	115.124	47.498	23.061	-	158	274.624	138.343
2017	133.070	110.391	106.634	111.850	-	184	239.704	222.425
2018	154.642	143.981	131.362	126.186	-	100	286.004	270.267
2019	59.620	1.905	192.622	181.420	-	203	252.242	183.528
2020	3.299	8.385	237.718	213.055	-	284	241.017	221.724
2021	20	20	276.407	249.804	-	26	276.427	249.850
2022	491	7.562	292.665	262.012	-	11	293.156	269.585
2023	7.038	-	249.705	165.618	-	-	56.743	165.618
Total	1.430.956	1.310.558	1.374.677	1.373.359	-	2.129	2.805.633	2.686.046

Em 30/06/2014, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco PAN, totalizava R\$ 1.650.439 no Banco PAN e R\$ 1.702.811 no Consolidado (R\$ 1.810.669 no Banco PAN e R\$ 1.632.826 no Consolidado em 31/12/2013).

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 118.356, não estão sujeitos a geração de lucros baseada em estudo técnico.

d) Créditos tributários não ativados:

Em 30/06/2014, o Banco PAN e o consolidado possuíam prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 1.220.245 (31/12/2013 - R\$ 1.220.245 no Banco PAN e no Consolidado), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 488.096 no Banco PAN e no Consolidado em virtude de não atender todas as condições estabelecidas pelo BACEN para o registro do referido crédito.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

e) Obrigações fiscais diferidas:

Consolidado	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2014
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(8.573)	-	5.426	(3.147)
Superveniência de depreciação	(136.698)	-	17.493	(119.205)
Total	(145.271)	-	22.919	(122.352)

35) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Os avais e fianças concedidos totalizam R\$ 20.375 no 1º semestre de 2014 (R\$ 18.484 em 31/12/2013);
- b) O Banco PAN e suas controladas têm como política segurar seus valores em espécie, cheques recebidos em garantia e bens em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros;
- c) Em 30/06/2014 e 30/06/2013, o Banco PAN e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento mercantil para aquisições próprias;
- d) A partir de 01/01/2012, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.036/11 que faculta o diferimento do resultado líquido negativo decorrente de renegociação de operação de crédito anteriormente cedida. O prazo máximo para o diferimento deve ser 31/12/2015 ou o prazo de vencimento da operação renegociada, dos dois o menor, observado o método linear. A Resolução passou a produzir efeitos a partir de 01/01/2012. O Banco PAN não utiliza a faculdade prevista nesta Resolução;
- e) O Banco PAN, a fim de usufruir dos benefícios instituídos pelo artigo 39, inciso I da Lei nº 12.865 de 9/10/2013, com alterações da MP 627 de 11/11/2013, posteriormente convertida na Lei nº 12.973 de 13/05/2014. O Banco PAN e a PAN Seguros S/A aderiram ao Programa de Recuperação Fiscal ("REFIS") referente às contribuições ao PIS e COFINS do período compreendido entre os anos de 2006 e 2012;

Desta forma, em 28/11/2013 foram realizados os pagamentos à vista da importância de R\$ 536,2 milhões no Banco PAN e R\$ 28,9 milhões na PAN Seguros totalizando R\$ 565,1 milhões, se beneficiando da redução de 100% (cem por cento) dos juros, juros sobre multas, e multas aplicados sobre os valores das respectivas contribuições, correspondentes à R\$ 288,9 milhões no Banco PAN e R\$ 17,5 milhões na PAN Seguros totalizando R\$ 306,4 milhões e pôs fim à discussão judicial que possuíam sobre o tema. Os resultados positivos apurados foram de R\$ 21,4 milhões no Banco PAN e R\$ 7,7 milhões na PAN Seguros;

- f) O Banco PAN comunica a seus investidores que conforme comunicado em Assembleia Geral de Cotistas realizada no dia 21/10/2013, os FIDCs Master CDC Veículos e Autopan CDC Veículos foram liquidados em 20/01/2014;
- g) Em Dez/13 o Banco PAN celebrou acordo junto a investidores relativamente a 13 CDBs de emissão da própria instituição, no valor corrigido até 31/12/2013 por suas taxas de emissão de R\$ 500,4 milhões, que eram contestados em juízo, para encerramento do litígio em relação a tais CDBs. Como resultado deste acordo, o Banco PAN apurou ganho contábil imediato de R\$ 84,5 milhões e, além

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

disso, deixará de ter despesas futuras de juros relativos a tais CDBs de R\$ 285,7 milhões até os seus respectivos vencimentos;

h) Em 14/05/2014 foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A referida lei dispõe, entre outros assuntos, sobre:

- ✓ a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27/05/2009; e
- ✓ Estimamos que a referida lei não acarrete efeitos contábeis relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas do Grupo Pan;

i) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações – Resolução CMN 3.263/05: O Banco PAN possui acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas jurídicas integrantes ou não do SFN. O objetivo da resolução é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor;

j) Aprovação do Aumento de Capital: Em 13/06/2014, o Conselho de Administração do Pan aprovou aumentos do capital social da Companhia no valor total de até R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), visando o crescimento das atividades da Companhia de acordo com o novo plano de negócios que está sendo implementado pela atual diretoria e melhorar a estrutura de capital da Companhia, a serem concretizados nas condições abaixo:

- ✓ Aumento de Capital Social da Companhia, no limite do capital autorizado.

Foi deliberado aumento de capital social da Companhia, no limite do capital autorizado e sem a necessidade de deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, no valor de até R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), mediante a emissão de até 443.786.982 novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, na mesma proporção das ações ordinárias e preferenciais atualmente existentes, sendo até 242.566.348 ações ordinárias e até 201.220.634 ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$ 3,38 (três reais e trinta e oito centavos) por ação ordinária ou preferencial, para subscrição privada pelos acionistas da Companhia ("Aumento em ON e PN").

Os acionistas Caixapar - Caixa Participações S.A. ("Caixapar") e Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), titulares, em conjunto, nesta data, de 100% (cem por cento) do capital votante e 71,09% (setenta e um inteiros e nove centésimos por cento) do capital social total da Companhia, subscreverão, mediante exercício dos seus respectivos direitos de preferência no Aumento em ON e PN, ações ordinárias e preferenciais no montante mínimo de R\$ 1.066.335.301,46 (um bilhão, sessenta e seis milhões, trezentos e trinta e cinco mil, trezentos e um reais e quarenta e seis centavos), o que corresponderá ao montante mínimo do Aumento em ON e PN.

O preço de emissão descrito acima foi fixado nos termos do artigo 170, §1º, inciso III da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."), levando-se em consideração a cotação de fechamento do pregão do dia 11/06/2014, sendo que a integralização será à vista, em dinheiro. O valor total da emissão de até R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais) será destinado da seguinte forma: (i) 10% (dez por cento) para a composição do capital social da Companhia; e (ii) 90% (noventa por cento) para a reserva de capital da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- ✓ Aumento de Capital Social com a criação e emissão de Ações Preferenciais Resgatáveis ("Aumento em Preferenciais Resgatáveis")

Adicionalmente ao aumento acima, os Conselheiros aprovaram submeter para exame e deliberação dos acionistas reunidos em Assembleia Geral de Acionistas, outro aumento do capital social da Companhia, no valor de até R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), com a criação de nova classe de ações preferenciais, resgatáveis, para emissão de nova classe de ações preferenciais resgatáveis, com prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir do último dia do prazo previsto para subscrição da primeira emissão de ações preferenciais resgatáveis e terão direito a dividendos fixos, cumulativos, anuais e prioritários, depois de levantado o balanço anual da Companhia, equivalentes a 104% (cento e quatro por cento) da variação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros, aplicado sobre o preço de emissão de tais ações preferenciais resgatáveis, a partir do último dia de fruição do prazo para exercício do direito de preferência dos acionistas para subscrição das ações preferenciais resgatáveis. O direito de preferência na subscrição das novas ações observará a proporção das ações ordinárias e preferenciais da Companhia existentes na data da emissão. Os direitos, vantagens e restrições da nova classe de ações estarão detalhados na minuta de alteração do Estatuto Social da Companhia, a ser disponibilizada na proposta da administração da Assembleia Geral de Acionistas que deliberar sobre a criação e emissão das ações preferenciais resgatáveis.

Os acionistas controladores, Caixapar e BTG Pactual, garantirão a subscrição das ações preferenciais resgatáveis, inclusive daquelas que decorram do rateio de sobras.

Adicionalmente, a criação de nova classe de ações preferenciais resgatáveis deverá ser ratificada em assembleia especial de acionistas titulares de ações preferenciais.

A aprovação da criação da nova classe de ações preferenciais resgatáveis dará ensejo aos acionistas preferencialistas da Companhia exercerem o direito de recesso na forma do inciso II do artigo 136 da Lei das S.A. Em caso do direito de retirada ser exercido por mais de 0,5% (meio por cento) dos acionistas preferencialistas da Companhia, a Administração convocará Assembleia Geral para reconsiderar a deliberação sobre a criação das ações preferenciais resgatáveis, de forma a preservar a estrutura de capital da Companhia; e

- k) Subscrição do Aumento do Capital Social: Em 25/07/2014, a Companhia informou aos seus acionistas e o mercado que: (i) durante o período de exercício do direito de preferência do Aumento de capital em ON e PN, foram subscritas 242.566.343 ações ordinárias e 93.992.943 ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$3,38 por ação ordinária ou preferencial, totalizando o montante de R\$1.137.570.386,68 (um bilhão, cento e trinta e sete milhões, quinhentos e setenta mil, trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e oito centavos), dos quais R\$19.852.642,94 (dezenove milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e quarenta e dois reais e noventa e quatro centavos) referem-se às subscrições condicionadas e (ii) início do período de rateio de sobras irá até o dia 08/08/2014, uma vez que, não foram subscritas, durante o período de exercício do direito de preferência, 5 ações ordinárias e 107.227.691 ações preferenciais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao período findo em 30/06/2014.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao período findo em 30/06/2014.

São Paulo, 04 de agosto de 2014

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Jorge Fontes Hereda

Vice – Presidente

André Santos Esteves

Conselheiros

José Luiz Acar Pedro

Antonio Carlos Porto Filho

Fábio de Barros Pinheiro

Fabio Lenza

Marcelo Terrazas

Marcos Antônio Macedo Cintra

Marcos Roberto Vasconcelos

Mateus Affonso Bandeira

Roberto Balls Sallouti

DIRETORIA

Diretor Presidente

José Luiz Acar Pedro

Diretores

Alex Sander Moreira Gonçalves

Carlos Eduardo Pereira Guimarães

Eduardo Almeida Prado

Eduardo Nogueira Domeque

Jose Luiz Trevisan Ribeiro ⁽¹⁾

Leandro de Azambuja Micotti

Maurício Antônio Quarezemin

Paulo Alexandre da Graça Cunha

CONSELHO FISCAL

Marcelo Adilson Tavarone Torresi

Marluce dos Santos Borges

Paulo Roberto Salvador Costa

COMITÊ DE AUDITORIA

Adilson Rodrigues Ferreira

Almir José Meireles

Marcelo Yugue

CONTADOR

Gregório Moreira Franco

CRC 1SP219426/O-2

(1) Em fase de homologação pelo Banco Central.

Banco Pan S.A.
e empresas controladas
(nova denominação do Banco
Panamericano S.A.)
Informações Trimestrais - ITR em
30 de junho de 2014
e relatório sobre a revisão de informações
trimestrais

Relatório de revisão das Informações Trimestrais (ITR)

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pan S.A. (nova denominação do Banco Panamericano S.A.)

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do Banco Pan S.A. (“Instituição”) e do Banco Pan S.A. e de suas controladas, contidas no Formulário de Informações

Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e seis meses findos nessa data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Ênfase

Créditos tributários diferidos

Conforme descrito na nota 34, existem em 30 de junho de 2014 créditos tributários reconhecidos no ativo, no valor de R\$ 2,9 bilhões no Banco Pan S.A. e empresas controladas, reconhecidos com base em projeção para a realização de créditos tributários de longo prazo. Essa projeção de realização do crédito tributário foi revisada pela administração do Banco com base em estudo do cenário atual e futuro efetuada em junho de 2014 e aprovada pelo Conselho de Administração em 30 de junho de 2014, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção, custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. A realização desses créditos tributários, no período estimado de realização, depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração. Nossa conclusão não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 04 de agosto de 2014

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0



BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

1º SEMESTRE DE 2014

Em cumprimento às disposições normativas vigentes, em especial àquelas contidas no artigo 17, parágrafo 2º, da Resolução CMN nº 3.198, de 27 de maio de 2004, o Comitê de Auditoria do Banco Pan S.A. apresenta resumo do seu relatório para o semestre findo em 30 de junho de 2014, onde evidencia as informações que considera relevantes para conhecimento dos usuários na avaliação das demonstrações contábeis do período.

De se destacar que no desenvolvimento do seu trabalho, o Comitê contou com informações operacionais e contábeis originadas de sistemas informatizados e alicerçadas na política e regras institucionais de controle interno e de gerenciamento de risco, de responsabilidade da Administração.

Assim, e atento às atribuições que lhes são conferidas, o Comitê atuou com maior intensidade junto às áreas e a temas que estrategicamente propiciariam maior abrangência e segurança para formação das suas avaliações.

Nessa linha, reuniu-se em diversas oportunidades com os dirigentes e/ou executivos das áreas de controles internos, *compliance* e contabilidade, de tecnologia da informação e de negócios, dentre outras, debatendo a forma de atuação, eventuais fragilidades identificadas, ações de melhoria em curso e outras providências voltadas para o aperfeiçoamento do processo de governança corporativa, bem como o plano de negócios para os próximos exercícios.

Ademais, promoveu encontros sistemáticos com as auditorias interna e independente para saber do escopo dos seus trabalhos, conhecer eventuais fragilidades e debater



BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

os pontos de atenção de trabalhos anteriores, visando conhecer o nível de aprimoramento da política de controles e do envolvimento da administração na efetivação de medidas corretivas, com destaque aos apontamentos da autoridade supervisora.

No tocante aos debates que antecederam ao fechamento das demonstrações contábeis, o Comitê dedicou especial atenção ao volume de créditos tributários ativados, frente à expectativa da formação de resultados tributáveis nos próximos dez exercícios. Tal registro encontra-se suportado por estudo técnico de viabilidade da sua realização, aprovado pela Administração, continuando, portanto, dependente em boa parte da confirmação das premissas econômicas utilizadas e do atingimento dos volumes de produção considerados.

Efetuada tais considerações e limitando suas responsabilidades ao quanto exposto, o Comitê de Auditoria opina no sentido de que:

- os controles internos e de gerenciamento de riscos, em processo de revisão, muito embora não comprometidos em sua efetividade, possuem deficiências que necessitam de providências regularizadoras, assim como maior abrangência na formalização das políticas, especialmente às voltadas à mitigação de riscos;
- não se verificou em relação a atuação das auditorias, interna e independente, fato relevante que tenha comprometido sua efetividade ou sua independência; e,
- as demonstrações contábeis, individual e consolidada, e notas explicativas, o relatório da administração e o parecer da auditoria independente foram elaborados conforme a regulamentação vigente, refletindo em seus principais aspectos a situação do Banco.



BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

São Paulo (SP), 04 de agosto de 2014.

ADILSON RODRIGUES FERREIRA

Presidente

MARCELO YUGUE

Membro

ALMIR MEIRELES

Membro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal do Banco Pan S.A. ("Companhia"), após procederem ao exame do relatório da administração e das demonstrações financeiras referente ao período encerrado em 30/06/2014 e com base:

- a) no Parecer dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 04/08/2014; com ênfase em relação aos créditos ativados que, para a sua realização, dependem da materialização das premissas constantes do Estudo Técnico de Viabilidade de Realização de Créditos Tributários elaboradas pela Administração da Companhia, aprovadas pelo Conselho de Administração; e
- b) na reunião com os auditores externos.

Entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela sociedade no semestre.

São Paulo, 04 de agosto de 2014.

Paulo Roberto Salvador Costa

Marcelo Adilson Tavarone Torresi

Marluce dos Santos Borges